

REIS, BISPOS E CABIDOS: A DIOCESE DE LISBOA DURANTE O PRIMEIRO SÉCULO DA SUA RESTAURAÇÃO

MARIA JOÃO VIOLANTE BRANCO *

Lisboa é, indubitavelmente, uma das dioceses que está presente em quase todos os conflitos que perpassam o período aqui em análise. O papel cada vez mais destacado que a cidade vai adquirindo ao longo destes anos, e que culminará na sua escolha como capital por Afonso III, parece ter sido acompanhado de perto pelo iniludível protagonismo político que os seus bispos e cabidos iriam progressivamente assumir ao longo desse primeiro século de existência, ao lado ou em oposição a reis e magnates.

Para quem estuda os primeiros tempos a seguir à conquista cristã de 1147, Lisboa constitui um caso intrincado. Tendo praticamente desaparecido a documentação dos trinta anos que se seguiram à tomada da cidade, e quase tudo o que respeitava à sua Sé, é forçoso reconhecer quão traíçoeiro e aliciante se revela o estudo da conquista e, dentro dela, da estruturação e evolução da sua diocese e das políticas dos bispos e dos cabidos, das suas redes clientelares e ligações familiares, bem como dos respectivos patrimónios. Contudo, o recurso às fontes indirectas e à utilização crítica do material que até nós chegou, (os relatos dos cronistas, os registos papais, a documentação régia, das ordens militares, dos mosteiros de Lisboa ou de outras sés, por exemplo) pode e de facto lança alguma luz sobre uma «região» da Lisboa reconquistada que estamos habituados a ver na penumbra. Entre 1147 e 1245 a diocese de Lisboa teve nove bispos. Desses, os primeiros quatro ocuparam a cadeira episcopal por largos períodos de

* Universidade Aberta.

cerca de vinte anos cada, parecendo indicar gestões diocesanas calmas. Mas se isso se pode considerar aceitável para os três primeiros (embora com certos matizes, como veremos), o mesmo já não se poderá dizer do quarto, o famoso bispo Soeiro II, que durante o seu também longo episcopado sustentaria violentos e frequentes conflitos com o cabido e seu deão, com os reis, com outras sés, com algumas ordens militares e com o próprio Papa.

Apesar disso, manteve a cátedra episcopal por mais de vinte anos, em marcado contraste com o que ocorreria durante os conturbados tempos que se sucederiam à sua morte, quando, durante cerca de catorze anos, a diocese assistiu a um intrincado jogo de poderes no qual se viriam a suceder cinco bispos, três dos quais no mesmo ano, e durante os quais se fariam várias eleições fantasma, outras seriam anuladas, ou com candidatos perseguidos e espancados, ou com recusas papais à confirmação das eleições e com Compostela a tomar posições ambíguas em que jogaria toda a sua influência na escolha de candidatos politicamente convenientes, dentro do contexto da oposição a Sancho II. Ou talvez não. Depois da ascensão ao poder de Afonso III, a situação ficaria relativamente regulada, até novos desenvolvimentos. Mas para essa fase já possuímos alguns trabalhos com certo pormenor¹. Proponho-me, pois, observar aqui os contornos do período que precede a ascensão ao poder do Bolonhês, no âmbito do bispado de Lisboa.

A 25 de Outubro de 1147, Afonso Henriques, intitulado-se e sendo considerado por todos os que se lhe referem rei de Portugal, apesar de ainda ter de esperar trinta e dois anos até Roma lhe reconhecer essa dignidade, tomou finalmente Lisboa². Como geralmente

¹ Maria Alegria Marques, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, Coimbra, 1990, Dissertação de doutoramento, policopiada. Para outro tipo de elementos sobre os eclesiásticos de Afonso III e a nobreza de corte, ver também Leontina Ventura, *A nobreza de corte de Afonso III*, 2 vols, Coimbra, 1992. Dissertação de doutoramento, policopiada.

² Sobre a problemática ligada à reconquista de Lisboa, vd. Maria João Violante Branco, «A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço físico, político e simbólico», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, Guimarães, 1996, pp. 121-137.

acontecida, em casos idênticos, o primeiro passo após a conquista deveria ser a restauração da diocese³. Lisboa não constituiria excepção, e, logo no dia de Todos-os-Santos⁴, o rei assistiria à sagração da catedral e à consagração do seu novo bispo, Gilberto de Hastings⁵, um dos cruzados que participara na campanha de Lisboa. Este dado não é de desprezar: o facto de o primeiro acto régio na cidade ter sido a consagração de um espaço onde se instalava uma nova catedral, um novo bispo e um novo cabido, parece revestir todas as características de uma encenação tendente a marcar *de facto* e simbolicamente um reenquadramento da estrutura de funcionamento da cidade recém conquistada⁶. Talvez seja de não esquecer que durante o domínio islâmico continuou a haver cristãos na cidade e que, segundo tudo indica, a sua Igreja Matriz teria sido Santa Cruz do Castelo⁷, onde se teria centrado a comunidade religiosa encarnada na polémica figura do bispo moçárabe que durante o cerco de 1147 se passeava pelos muros da cidade e que viria a sucumbir às mãos dos conquistadores do Norte quando se lhes abriram as portas da cidade⁸.

³ Para o processo de restauração de dioceses que surge sempre aliado à reconquista e sobre as diferenças verificáveis entre o procedimento dos monarcas portugueses e o modelo andaluz, cf. os padrões definidos por M. González Jimenes e I. Montes Romero-Camacho, «Reconquista y restauración eclesiástica en la España Medieval. El modelo andaluz» in *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, 1990, pp. 47-88.

⁴ Conforme se narra na carta-relatório do cruzado que participou na tomada de Lisboa, e na Crónica de finais do século XII sobre a fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora. As edições utilizadas foram, *De Expugnatione Lyxbonensi: the Conquest of Lisbon*, ed. C. Wendell David, New York, Columbia University Press, 1936 (= *De Expugnatione*) e «Indiculum Foundationis Monasterii S. Vincentii», ed. Alexandre Herculano, *P.M.H., Scriptores*, I, pp. 90-93 (= *Indiculum Foundationis*) Cf. *De Expugnatione*, p. 178-180; *Indiculum Foundationis*, p. 91.

⁵ Cf. *De Expugnatione*, pp. 178-180 e *Indiculum Foundationis*, p. 92.

⁶ Ver o que no mesmo sentido foi observado para Toledo por Francisco Hernández, «A Catedral, instrumento de assimilação», in *Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, Cristãos e Judeus: o saber e a tolerância*, Lisboa, Terramar, pp. 70-85.

⁷ Manuel Real, no recente Congresso sobre *Lisboa: encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos* apresentou uma comunicação sobre as igrejas moçárabes da Lisboa do século XII onde realça exactamente a situação da Igreja de Santa Cruz do Castelo como primeira matriz da cidade.

⁸ *De Expugnatione*, p. 176. Espera-se também com muito interesse a publicação da comunicação de Christophe Picard ao Congresso referido na nota anterior,

A cerimónia levada a cabo na então sagrada catedral, Santa Maria Maior, foi decerto um acto solene no qual se pretendeu afirmar a diferença da posse cristã. Consumava-se, num local distinto do anterior, a dedicação do espaço sagrado que receberia a nova estrutura eclesiástica ao serviço de uma situação que se queria marcadamente diferente. Daí, provavelmente, a escolha de um bispo inglês, e a composição do primeiro cabido, maioritariamente inglesa e normanda.

A festa de eleição do bispo, relatada com pormenor pelo cruzado que descreveu toda a conquista, revela um ambiente de exaltação e entusiasmo no qual Gilberto de Hastings é aclamado pelos representantes de todos os extractos da população de Lisboa que na altura ali se tinham congregado⁹. O arcebispo de Braga ladeava o rei e os restantes bispos do Porto, Coimbra, Viseu e Lamego. O cuidado demonstrado na referência aos *quatro* bispos¹⁰, como estando todos presentes no momento em que o arcebispo consagrou o bispo de Lisboa como seu sufragâneo, procedimento bastante irregular na medida em que Lisboa deveria obedecer a Compostela, parece, de novo, indicar a consciência da importância de perpetuar tal memória por escrito.

O ambiente de cooperação harmoniosa entre o monarca, a hierarquia eclesiástica e os recém-chegados bispo e clero ingleses, ambiente que a descrição do acontecimento parece querer realçar, dá-nos o tom que ao longo deste episcopado irá pautar a acção de Gilberto e as relações que manteve com o rei e com o restante clero ao serviço da política régia.

As razões da escolha de um cruzado para bispo não têm sido muito questionadas. Quer a hipótese de que este movimento possa ter sido uma tentativa de neutralizar resistências à imposição do ritual romano, pelo recurso ao clero «franco-normando», quer a de que esta

na qual foi feita uma panorâmica sobre a problemática dos moçárabes em Portugal e especialmente em Lisboa.

⁹ «*Electus est subinde ad sedem pontificatus ex nostris Gislebertus Hastingsiensis, rege, archiepiscopo, coepiscopis, clericis, laicis omnibus electioni eius assensum prebentibus.*» in *De Expugnatione*, pp. 178-179. Os bispos de Viseu e Lamego tinham, também eles, sido recentemente consagrados e a questão da sua sujeição a Braga ou a Compostela iria também permear toda a documentação que foi exarada sobre a querela Braga-Compostela.

¹⁰ Cf. *De Expugnatione*, p. 180, onde se refere: «*...ad laudem et honorem nominis Christi et sanctissime eius genitricis purificatum est templum ab archiepiscopo et coepiscopis quattuor et reparatur in ibi sedes episcopatus...*»

escolha incidiu sobre um Cruzado como mais uma forma de impressionar favoravelmente o Papado para a causa da Guerra Santa, levada a cabo pelo rei ainda não reconhecido, não explicam em que moldes a escolha incidiu sobre um anglo. Na narrativa que até nós chegou, as lutas entre facções dentro do corpo dos cruzados são frequentes. No relato de R., é sempre propalada a «maldade» dos teutónicos e em especial dos Colonicenses, bem como a sua perfídia e inconstância face à perseverança e bom comportamento dos Anglos e Normandos. Também são os Anglos quem, quando o rei de Portugal decide aceitar a paz proposta pelos sitiados, acede aos seus intentos, ao contrário dos Colocenses que reagem contra a decisão do chefe dos portugueses por se sentirem lesados nas promessas de saque que o rei lhes fizera e se envolvem em lutas fratricidas que quase perturbam o êxito da empresa¹¹. Por que razão teria a «nação» inglesa e normanda concordado com a decisão do rei «português», que aliás é ainda consideravelmente louvado ao longo de todo o relato? Terá a escolha de Gilberto para 1º bispo de Lisboa (bem como de um cabido com forte percentagem de estrangeiros) alguma relação com esta diferente atitude dos dois grupos de Cruzados? Poderia ter havido algum acordo tácito entre o rei português e a facção dos que obedeciam a Herveu de Glanville¹²?

No meio de todas estas interrogações, só podemos estar certos de que o primeiro bispo após a conquista foi um inglês, que se rodeou de um cabido onde o elemento normando¹³ pesava significativamente e que a respectiva estrutura das dignidades, em número de quatro (deão,

¹¹ *De Expugnatione*, pp.166-173.

¹² Torna-se interessante notar como quarenta e dois anos mais tarde, aquando da conquista de Silves, o mesmo processo se volta a repetir. O estudo comparativo das duas narrativas poderia fornecer elementos importantes para clarificar as razões destes esquemas narrativos e a sua correlação com a realidade política que estas cooperações significavam. Para a edição do texto da tomada de Silves, cf. Charles Wendell David, «Narratio de itinere navali peregrinorum hierosolymam tendentium et Silviam capiendum A.D. 1189», *Proceedings of the American Philosophical Society*, 81, 5 (1939) pp. 591-676.

¹³ As dignidades foram todas concedidas a estrangeiros (Roberto, Bartolomeu, Mateus, Adam, Durandus, Menelaus); dos restantes dezoito cônegos, quatro são indiscutivelmente francos ou ingleses, quatro portugueses, e os outros têm nomes que os poderiam ligar quer a uma quer a outra pertença. Para mais elementos sobre a composição do cabido e sobre o peso do elemento normando na organização do cabido, cf. M. J. Branco, *op. cit.*, p. 134.

chante, mestre-escola e tesoureiro, para além dos dois arcediagos) não só obedece ao modelo «em quadrado»¹⁴, também praticado em Inglaterra nos meados do século XIII, como ainda revela, no que respeita à nomenclatura utilizada para definir cada uma dessas dignidades (*precentor* para chante e *cancellarius* para mestre-escola) uma impressionante proximidade com o que acontecia na diocese de Chichester, em cuja jurisdição se situava Hastings¹⁵.

Poderíamos, assim, assumir que a influência de Gilberto teria sido determinante na estruturação deste primeiro momento, como parecem reflectir os estatutos que logo em 1150 dá ao cabido, atribuindo as porções a que cada um tem direito e os moldes em que deve processar-se a vida em comum, nomeadamente quando se refere ao refeitório, ordenado *ad usum et morum francorum* e conforme ao que se observava em Coimbra. Mas não parece que, para além da esfera da estruturação interna da hierarquia e funcionamento do clero catedralício, a sua acção tenha gozado de muita independência. A constatação do forte peso percentual do elemento exógeno quer no cabido quer em outras instituições eclesiásticas da cidade não tem, na documentação compulsada, qualquer consequência a nível da capacidade que o bispo poderia ter tido para influenciar as relações com o rei ou com o arcebispo de Braga. Pelo contrário, o primeiro bispo da Lisboa (re)conquistada parece em tudo revelar a mesma submissão aos desígnios reais e ao seu arcebispo que os outros bispos das outras dioceses do reino, pelo menos até quase aos finais do reinado de Afonso Henriques, segundo um padrão de comportamento bem normalizado.

Como já vimos, imediatamente após a sua sagração, Gilberto jura obediência a Braga¹⁶, por cujo arcebispo foi sagrado apesar da irregularidade que isso implicava. Embora tal procedimento iniciasse um processo que só terminaria em 1199, a submissão a Braga era uma

¹⁴ Conforme a definiu David Lepine, *Brotherhood of Canons serving God. English Secular Cathedrals in the Later Middle Ages*, Bury St. Edmunds, Boydell, 1995, pp. 2-3.

¹⁵ Katherine Edwards, *The English Secular Cathedrals in the Middle Ages, a constitutional study with special reference to the fourteenth century*, Manchester Univ. Press, 1967, p. 160, descrevendo os nomes das dignidades da diocese de Chichester, em Hastings, menciona justamente a utilização de *precentor* e *cancellarius* para as respectivas dignidades, o que permite relacionar um ordenamento com o outro e remete para a possível tradição cultural de que Gilberto era exemplo.

¹⁶ *Liber Fidei*, doc. 217

atitude estrategicamente muito importante na tentativa de criar uma geografia eclesiástica que servisse os intentos do rei e do seu arcebispo. Gilberto submeteu-se-lhe sem traços de desagrado. Da mesma forma, parece ter seguido e apoiado todas as tomadas de atitude de João Peculiar, no que respeita à negociação da dependência metropolitana, tal como o facto de o acompanhar a Roma em 1156 e a Santiago de Compostela em 1158 parece indicar ¹⁷.

Já nas relações com o rei, embora tenha sempre acabado por acatar a vontade régia, a documentação revela-nos, por vezes, vestígios de tensões.

Para além do *De Expugnatione*, o relato que nos refere as relações entre o rei e o bispo em época mais remota é o *Indiculum Fundationis Monasterii Beati Vincentii Ulixbone* ¹⁸, elaborado, segundo o próprio autor, no ano de 1188, terceiro do reinado de Sancho I, e enquanto decorria o abaciado de Paio em S. Vicente de Fora. O interesse da análise deste relato reside no pormenor com que foi descrito o episódio no qual, após a conquista de Lisboa e a consagração da Catedral, o rei chama a si o bispo Gilberto, para que este o aconselhe sobre o cumprimento do seu voto e sobre o melhor procedimento para mandar erigir o mosteiro que prometera edificar durante o cerco. Segundo a narrativa, Afonso Henriques teria dado a escolher ao bispo entre ficar com a tutela da Igreja de S. Vicente ou a da de Santa Maria dos Mártires, para si e todos os seus sucessores. O rei ficaria com aquela que não interessasse ao bispo, mas a contrapartida seria a isenção total a que o local onde viesse a ser edificado o mosteiro ficaria sujeito. O bispo, que recebera com entusiasmo a proposta do rei de edificar um mosteiro, reserva a sua resposta para mais

¹⁷ Com efeito, Carl Erdmann, *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*, Coimbra, 1935 (= *O Papado*), p. 61, nota 7 e p. 63, assim o advoga, quando, com base em documento citado por Kehr, (*Papsturk.*, I, 93) refere como o bispo de Lisboa acompanhou decerto a João Peculiar nessas duas ocasiões. Sobre as questões levantadas sobre a primazia de Braga e Toledo e a sua relação com as querelas sobre as sufragâneas de Braga e Compostela, ver o referido trabalho de Erdmann mas ainda e sobretudo Peter Feige, «Die Anfänge des Portugiesischen Königtums und seiner Landeskirche» in *Spanische Forschungen der Görresgesellschaft*, 1 Reihe, 29 (1978) pp. 313-356 e também, do mesmo autor, «La Primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España», in *La Introducción del Cister en España y Portugal*, Burgos, La Olmeda, 1991, pp. 61-132.

¹⁸ *PMH, Scriptores*, I, p. 92.

tarde, argumentando que, para tomar uma decisão desse tipo necessitava de consultar o seu cabido, e todos seus irmãos. O cabido reunido decidiu que se devia fazer o que agradasse ao rei, mas escolheu para si a Igreja de Sta. Maria dos Mártires, alegando que ficava mais junto da cidade e recebia mais oblações.

Este episódio, cujo conteúdo deve ser tomado com as devidas reservas pela própria natureza do texto, reflecte, na sua estrutura estereotipada, o modelo ideal de relacionamento entre o rei e os eclesiásticos e dos eclesiásticos entre si. Não só haveria uma anuência estratégica do bispo face ao rei, que definia os caminhos e punha o bispo já face a uma escolha secundária entre opções, mas ainda é assumido que a consulta ao Cabido da Catedral era um elemento sem o qual o bispo não poderia decidir, nem ousava fazê-lo. É ainda importante verificar como neste relato *não há* qualquer referência a alguma oposição do cabido a que se funde um novo mosteiro na cidade *mas há* o cuidado em deixar expressa a exigência régia de que, qualquer que fosse a igreja escolhida, a sede do mosteiro deveria ser *isenta da jurisdição episcopal*. Este dado deve ser visto no contexto da data de redacção do texto. Lembremos tão-só como logo em 1184 o papa Lúcio III confirma ao prior de S. Vicente, D. Paio, os pri-vilégios a que tinha direito, nomeadamente a isenção da jurisdição episcopal¹⁹. Qualquer das imagens das relações entre poderes que neste texto são avançadas reveste um interesse tanto maior quanto se podem comparar com o que se sabe dos desentendimentos que se viriam a verificar, quer entre os bispos de Lisboa e os monarcas, quer entre os prelados e seus cabidos, quer entre os prelados e seus cabidos e S. Vicente de Fora ou Santa Cruz de Coimbra.

É ainda muito frutífero confrontar este relato com o que, elaborado antes de 1185 pelo Chantre da Sé, Mestre Estevão, narra os sucessos do ano de 1173²⁰, aquando da chegada das relíquias de S. Vicente a Lisboa. Nessa narrativa, o cabido da Sé e os regentes de S.

¹⁹ Carl Erdmann, «Papsturkunden in Portugal», *Abhandlung der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, Philologisch-historische klasse, neue folie BD. XX*, 3, Berlin, 1927, (= *Papst.*) doc. 100.

²⁰ Herculano, na sua ed. deste texto, *PMH. Scriptores*, I, p. 95 refere como segundo informações de Rodrigo da Cunha e de António Brandão, até 1755 terá também existido um exemplar deste relato no arquivo da própria Catedral de Lisboa.

Vicente ²¹ disputam entre si os restos do mártir, num quadro de relacionamento entre clérigos completamente diverso, num momento em que já se quebrara o encanto do primeiro momento como nos era transmitido pelo compilador do *Indiculum*, e no qual já eclodira a rivalidade entre duas das mais poderosas instituições religiosas da Lisboa reconquistada. Rivalidade, aliás, que já noutras sedes de diocese opusera cónegos seculares a cónegos regrantes...

Contudo, em qualquer dos dois relatos, compostos em data muito próxima embora um se refira a 1147-8 e o outro a 1173, o rei ou os seus oficiais desempenham sempre um papel ordenador, como garantidores da harmonia e da paz, e com a palavra final na regulação dos conflitos, factor revelador das funções que estes deveriam idealmente incarnar na cidade de finais do século XII.

O restante material compulsado corrobora esta versão. Com efeito, o bispo de Lisboa aparece quase sempre como um bispo obediente ao seu rei. Entre presenças e ausências na sua diocese, ele confirma uma parte significativa dos documentos régios, desloca-se a Inglaterra logo em 1151 ²² para recrutar mais cruzados para cercar e conquistar Sevilha, negocia a cedência do eclesiástico de Santarém aos Templários em 1159 ²³, concede o de Leiria a Santa Cruz ²⁴, e ainda vai com o arcebispo a Roma e Compostela, certamente para acompanhar os desenvolvimentos das questões Braga-Compostela e Braga-Toledo.

Os indícios de desentendimento com a vontade régia estão nos documentos que respeitam ao processo referente ao eclesiástico de Santarém. Já quando, em Abril de 1147, o rei prometera aos Templários

²¹ A edição que utilizámos foi a de Aires A. Nascimento e Saul A. Gomes, *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*, Lisboa, Didaskalia, 1988 (= Nascimento/Gomes, *S. Vicente*). Na introdução ao texto, pp. 11-12 os autores referem justamente estas tensões, sensíveis no texto (pp. 34-37).

²² John of Hexham, *apud* Symeonis Monachi Opera Omnia. *Historia Regum*, ed. T. Arnold, vol. II, London, Rolls Series, 1885, p. 354. O texto refere que Gilberto, bispo de Lisboa, fora a Inglaterra para pregar a conquista de Sevilha. A mando de quem agia o bispo? Será este outro indício dos planos de Afonso Henriques de prosseguir para Sevilha?

²³ Cf. *Monumenta Henricina*, docs. 3,4,5,6,7; Erdmann, *Papsturk.*, doc. 58.

²⁴ Conforme se pode comprovar pelo documento transcrito na confirmação do mesmo privilégio que em 1195 o papa enviou a Santa Cruz. Cf. Erdmann, *Papsturk.*, 145.

rios a posse do eclesiástico de Santarém caso conseguisse ganhar a cidade de Lisboa, previra a eventualidade de haver reacção desfavorável do bispo, a ponto de se comprometer a convencer o bispo de Lisboa a aceder a essa dádiva. A reacção de Gilberto não se deve ter feito esperar como o acordo que fez em 1159 com a Ordem do Templo parece provar. Em Fevereiro desse ano o bispo concorda que troquem o eclesiástico de Santarém (que acede em ceder-lhes) pela posse plena da região de Tomar, Ourém, Beselga e Ceras, limitando a sua presença em Santarém apenas à posse da Igreja de Santiago. Confirmada por documento exarado pelo rei, no mesmo ano e mês, e reforçada por diversas bulas papais, parece evidente que a transferência não foi pacífica. É, aliás, o próprio bispo quem o refere, quando, na carta de doação, menciona que o faz a pedido do rei e para lhe agradar. Menção que também repete quando concede o eclesiástico de Leiria aos Cruzios de Coimbra ²⁵.

Contudo, estas questões, embora não sejam de pormenor porque se relacionavam com importantes alienações de direitos episcopais, não foram sobrevalorizadas por nenhuma das partes, e o primeiro bispo de Lisboa não protagonizou qualquer verdadeira oposição ao monarca, tendo mantido sempre, pelo contrário, uma posição de alinhamento com as intenções e movimentos reais.

Desaparecido da documentação régia a partir de Março de 1162, sucedeu-lhe Álvaro, presente como confirmante de documentos de Afonso Henriques desde Outubro de 1164. De Álvaro sabemos ainda menos que de Gilberto, no que se refere à sua vida até ascender ao governo da diocese.

Rodrigo da Cunha propôs, com base numa leitura errada, que este Álvaro teria sido anteriormente o *cancellarius* da Sé, que o bispo Gilberto teria associado ao episcopado mesmo antes de morrer e que essa forma de aceder à dignidade episcopal teria sido contestada pelo cabido, que interpusera recurso a Roma pedindo uma eleição canónica, que imediatamente fora concedida e Álvaro reconduzido no episcopado ²⁶. Contudo, Rodrigo da Cunha não apresenta qualquer argumento documental para a sua afirmação ²⁷.

²⁵ «...Ego, Gilibertus Dei gratia Vlixbonensis episcopus cum consensu canonicorum meorum pro amore Dei et rogatu illustrissimi domini Aldefonsi Portugalensium regis...» cf. Erdmann, *Papsturk*, doc. 145.

²⁶ Rodrigo da Cunha, *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida e acções de seus prelados e varoens eminentes em santidade que nella florecerão*.

Ora, em primeiro lugar, a identificação de Álvaro como *cancellarius* da Sé não está correcta²⁸. Em segundo lugar, o único indício que possuímos de que qualquer coisa poderia não correr bem nas relações entre o cabido e o bispo é uma carta de protecção elaborada pelo cardeal Jacinto em 1173, numa altura em que o bispo não estava na cidade, conforme podemos saber pelo relato da chegada das relíquias de S. Vicente. Na narrativa, é o deão da Sé quem apazigua todos os tumultos e quem parece estar à frente das decisões que se torna necessário tomar²⁹. Poderemos certamente questionar-nos sobre as razões da ausência de Álvaro num momento tão crucial como o da integração das relíquias de S. Vicente no corpo dos cultos da Igreja Catedral, assim como das razões que levaram à necessidade de exarar cartas de protecção ao bispo, cerca de dez anos depois da sua ascensão à cadeira episcopal. Pretender ver nisto reflexos dos problemas sentidos com a sua eleição parece-me forçado, mas se os enquadrarmos no ambiente geral de tensão entre as instituições eclesiásticas que nesta altura começam a tomar um papel verdadeiramente activo na ocupação do território físico e simbólico da cidade e na apropriação dos seus benefícios, este antagonismo entre cabido e bispo decerto faz mais sentido.

Apesar do mistério que rodeia o seu passado e alguns anos do seu episcopado durante os quais se eclipsa da documentação, a figura de Álvaro é bastante interessante de estudar.

Continuará, como a maioria dos seus congéneres, a confirmar um número significativo de documentos régios³⁰, mas embora revele uma feição palaciana mais acentuada que o seu antecessor, encontramos-lo empenhado em definir e alargar as suas esferas de acção e funções

Offerecida ao duque de Aveiro Dom Raymundo de Lencastre, Lisboa, 1642, (= Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*), fl. 78.

²⁷ Embora Rodrigo da Cunha, *op. cit. loc. cit.*, tenha referido este facto sem apontar em que se baseava para o afirmar e embora não se tenha encontrado qualquer documento original ou copiado que confirme esta asserção, Erdmann aceitou a sua argumentação como válida e repete-a quer nos *Papsturk.*, p. 124, quer em *O Papado*, p. 66.

²⁸ Esta identificação foi feita com base na leitura errónea de um documento cujo original possuímos e no qual podemos verificar que se trata não de Álvaro, mas de Alberto, o famoso chanceler, não do bispo Gilberto ou do cabido, mas de Afonso Henriques. Para detalhes sobre este ponto, vd. M. J. Branco, *op. cit.*, nota 101.

²⁹ Cf. Nascimento/Gomes, *S. Vicente*, pp. 34-37.

³⁰ *D.M.P.*, DR. 287, 288, 289, 292, 296, 300, 335, 336, 338, 341, 342.

quer no âmbito da sua relação com o cabido, quer com outras instituições eclesásticas na própria cidade. É nesse contexto que surge a confirmação e alteração dos estatutos do cabido, em Maio de 1168, hoje infelizmente perdidos ³¹, e os primeiros sinais das endémicas e intermináveis questões sobre jurisdição com S. Vicente de Fora e Santa Cruz de Coimbra ³², bem como com a ordem de Santiago ³³. Tudo indica que o bispo Álvaro pretendia apossar-se dos seus direitos sobre o território. Assim parece indicar a bula de protecção a S. Vicente de 1184 como assim já pareciam indicar as bulas de 1181, nas quais o papa enviava aos bispos de Coimbra, Évora e ao prior de S. Vicente o aviso de que deviam manter os privilégios concedidos à ordem de Santiago ³⁴. O mesmo se diga da questão que teve com dois proprietários de uma herdade no termo de Lisboa, a qual Álvaro pensava ser de Santa Cruz. Os juizes do bispo dirigiram-se então a essa mesma terra, pretendendo realizar uma avaliação do assunto e julgaram que o terreno pertencia aos particulares e não a Santa Cruz. Convencido, o bispo abandona o processo ³⁵. Este documento põe-nos em contacto com um prelado muito directamente empenhado em fazer valer seus direitos a ponto de mover os seus juizes para poder reaver terras que pensava serem suas de direito. A actuação episcopal ia, assim, ao pormenor de querer apurar os direitos que tinha numa simples herdade.

O segundo bispo de Lisboa também parece ter alinhado com a política régia em tudo o que poderia favorecer os interesses do rei e seu arcebispo. Quando a questão da sujeição a Compostela começa a ser mais premente face à posição extremada de João Peculiar sobre o primado de Toledo, o papa começa a insistir na submissão de Lisboa e Évora a Compostela. Mas em nenhuma destas circunstâncias parece ter havido desacordo ou menos concertação entre as partes envolvi-

³¹ Segundo Rodrigo da Cunha, nestes estatutos dava-se mais liberdade aos cônegos para disporem dos seus benefícios. Cf. Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 78-78v.

³² Cf. «Inventário de compras de S. Vicente de Fora» ed. Maria Teresa Acabado, in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 14 (1969), pp. 36-108 (= LCSVF), doc. 57, p. 88.

³³ Erdmann, *Papsturk.*, 88, 89.

³⁴ Erdmann, *Papsturk.*, 88, 89. Não haveria necessidade de relembra estas isenções, nem dos renovados pedidos de privilégios papais de protecção se seus direitos não estivessem a ser ameaçados.

³⁵ Cf. LCSVF, doc 57, p. 88, e Erdmann, *Papsturk.*, 100.

das. Pelo contrário, o bispo de Lisboa parece ter sempre feito o jogo régio. Quando o papa o repreende, mais ao bispo de Évora, por ainda não terem ido a Compostela prestar obediência ao seu legítimo arcebispo, eles alegam que não o fazem não por falta de obediência ao Papa, ou de vontade de se submeterem a Compostela, mas sim porque são bispos de dioceses muito pobres e, por isso, não poderem deslocar-se tão longe. Resposta astuciosa e famosa, que não enganou Alexandre III, pois em 1177, 1180, 1181 e 1182 ³⁶ volta a admoestá-los a que prestem obediência, embora sem qualquer êxito. Erdmann advoga que Álvaro decerto prestou o juramento de obediência a Compostela quando acompanhou o cardeal Jacinto a essa cidade ³⁷, mas não há qualquer prova disso, para além da dedução lógica.

O terceiro bispo de Lisboa, Soeiro I, aparece pela primeira vez como bispo eleito a confirmar o último documento conhecido de Afonso Henriques ³⁸, em Novembro de 1185. Se em Maio e Junho de 1186 ainda aparece como *electus*, a partir de Julho do mesmo ano ³⁹ já o encontramos como bispo de pleno direito, sem que na sua eleição pareça ter havido qualquer irregularidade.

Em termos de gestão interna da diocese, o padrão de comportamento verificado não parece revelar conflitos com o cabido. Em 1191 fez a divisão dos bens do bispo e do cabido parecendo ter introduzido diversas alterações ⁴⁰. Rodrigo da Cunha diz que o fez para evitar dissensões com o cabido, alusão que parece ser corroborada pelo resumo existente num *Inventário antigo do Cabido* ⁴¹ onde se condensa o conteúdo de um documento afirmando que se trata de uma composição entre o bispo Soeiro e o cabido, indicando implicitamen-

³⁶ Erdmann, *Papsturk.*, n.º 72, 79, 80, 96.

³⁷ Erdmann, *O Papado*, pp. 72-73.

³⁸ DMP, D.R., doc 358.

³⁹ *Documentos de Sancho I (1174-1211)*, ed. Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979 (= DSI), doc. 9, 10 para «*electus*» (Maio e Junho de 1186) e DSI, doc. 11 para «*episcopus*» (Julho de 1186).

⁴⁰ Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 99, onde refere que o bispo teria doado a sua prebenda e a Igreja de S. Pedro de Alfama para a fábrica e que tomara para si as igrejas de Sacavém, Frielas, Unhos e Vila Verde, que até então pertenciam à Fábrica.

⁴¹ BNL, Cod 8952, «*Inventário Antigo do Cabido da Sé de Lisboa*», fl. 194, onde se resume um documento de composição cujo original se diz que estava no *Liber de Beneficiis*, fl. 12.

te que teria havido dissensões. Mas, embora o resumo não traga a data do documento, não parece tratar-se da divisão de 1191, uma vez que essa também aparece no mesmo *Inventário*, mas noutra folio ⁴².

Quanto à sua intervenção na diocese em si, conhece-se a autorização que em 1195 Soeiro I deu ao comendador de Palmela, Soeiro Rodrigues, para que a ordem de Santiago pudesse construir uma igreja nessa vila, reservando para a diocese os direitos que devia ter sobre todas as paroquiais da sua jurisdição ⁴³. Tal como o seu antecessor, o bispo salvaguardava as suas prerrogativas. Mas quanto ao resto, pouco podemos saber.

Escapam-nos também os contornos da sua casa, embora tenhamos breves vislumbres da sua existência, pela alusão ao capelão e ao notário do bispo ⁴⁴.

Soeiro deve ter tido preparação jurídica, ou não seria lógico que o papa o nomeasse como juiz apostólico na causa da infanta Teresa face a Lorrvão ⁴⁵ ou que lhe pedisse um parecer sobre o caso de um matrimónio de uma dama que fizera votos religiosos, mas se casara contra sua vontade e tivera quatro filhos ⁴⁶. Contudo, para além desse facto e de diversos dos seus cónegos evidenciarem uma preparação jurídica ⁴⁷, nada mais poderemos adiantar.

Os longos vinte e quatro anos que durou o seu episcopado testemunharam o aparecimento de algumas das questões que se agravariam nas décadas consequentes e que viriam a afectar os episcopados dos seus sucessores. Trata-se, obviamente, dos problemas com o mosteiro de S. Vicente de Fora, com Chelas e com a ordem de Santiago, bem como das querelas com a Sé de Coimbra.

No entanto, estes problemas faziam parte da normal gestão diocesana e reflectem muito mais as tradicionais preocupações com a delimitação de fronteiras físicas e jurisdicionais do que dificuldades no relacionamento entre o bispo e o monarca. Pelo contrário, a sua presença frequente junto ao rei, conforme é atestado pelos actos ré-

⁴² *Ibidem*, fl. 68v, onde se indicam seis dignidades e dezoito cónegos e onde se refere a divisão que então se fez.

⁴³ A.N.T.T., *Mitra de Lisboa*, Livro 18, doc. 6.

⁴⁴ *Bulário Português, Inocêncio III (1198-1216)*, ed. Avelino Jesus da Costa, e Maria Alegria F. Marques, Coimbra, INIC, 1989 (= *Bul.*), 121.

⁴⁵ *Bul.*, 120.

⁴⁶ *Bul.*, 69.

⁴⁷ Cf. doc. cit. na nota 44.

gios, bem como alguns privilégios importantes concedidos por Sancho I a Soeiro, parecem falar antes de um entendimento sem mácula. Testemunhos de tal entendimento são, não só a carta de privilégio e coutamento das casas dos prelados da Sé ⁴⁸ que o rei lhes concedeu em 1195, mas ainda os legados que o monarca deixou a Lisboa em qualquer dos seus dois testamentos ⁴⁹.

Para lá dos privilégios concedidos directamente à diocese deve-se levar em conta, na análise das relações entre o rei, o bispo e o cabido, não só o papel que Soeiro poderá ter desempenhado, mas também o de seus cónegos. A concessão de uma mula como legado testamentário de Sancho I, em 1188 ao deão Soeiro e ao arcediogo Arnulfo do cabido de Lisboa, embora hoje em dia nos possa parecer de somenos importância, na altura foi seguramente valorizada na sua correcta dimensão. Não podemos, contudo, saber quem eram, quer um quer outro ⁵⁰, nem o que tinham feito para merecer essa atenção. Deverá decerto destacar-se o facto de Fernando Peres ⁵¹, sobrinho de Julião Pais e notário da chancelaria de Sancho I, ter ascendido, pelo menos desde 1208, ao chantrado da Sé de Lisboa. A proximidade que este tinha ao rei e o papel que viria a desempenhar como juiz delegado em futuras questões, fazem dele um importante apoio régio no cabido. O mesmo se diga de outro cónego de Lisboa, Mestre João Fáfila, que nos anos de 1203 e 1204 ⁵² aparece envolvido como juiz nas causas entre o bispado de Coimbra e Idanha ⁵³.

⁴⁸ As mesmas que Afonso Henriques doara ao cabido, nas quais, somos informados, o cabido ainda fazia dormitório e refeitório. Cf. *DSI*, docs. 79.

⁴⁹ *DSI*, docs. 30, 31, 203, 204.

⁵⁰ Quer Rodrigo da Cunha, (*Hist. Eccl.* fl. 72, 78) quer o Livro de Compras de S. Vicente de Fora, (*LCSVF*, doc. 56, fl. 87), referem este arcediogo Arnulfo, respectivamente em 1168 e 1180. Na carta de licença para que os freires construam uma Igreja em Palmela, o arcediogo nomeado é Vasco Arnulfo. Deveremos subentender que este arcediogo era o Arnulfo já nosso conhecido? Quanto ao deão de 1188 seria o mesmo Soeiro de 1195? Seria já Soeiro Viegas, o futuro bispo?

⁵¹ Para a biografia deste importante personagem, ver o artigo de M.^a José Azevedo Santos, «Fernando Peres, ex-chante da Sé de Lisboa», in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, in *Arquivo Histórico Dominicano Português*, III/1 (1984), pp. 243-258.

⁵² *Bul.* 86, 102.

⁵³ Mais tarde comentadas no *App. à Comp. I* por outro cónego de Lisboa famoso, mestre Vicente. Cf. Sousa Costa, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, 1963 (= Sousa Costa, *Mestre*

Papel importante foi decerto o desempenhado pelos cónegos de Lisboa, presentes como testemunhas do relatório elaborado pelos juizes delegados do papa, Soeiro de Lisboa e Martinho do Porto, sobre o caso da transmissão do mosteiro de Lorvão para as mãos da infanta Teresa. De entre os cónegos de Lisboa saliente-se ainda a presença de Mestre Vicente, arcediogo, no documento que consiste na primeira manifestação do célebre canonista em documentos portugueses. A sentença, favorável ao rei, deve ter pesado na proximidade de Soeiro I a Sancho I.

O facto de Soeiro ter atestadamente ido a Compostela jurar obediência ⁵⁴ deve ser interpretado mais à luz do jogo de conveniências desse período em concreto, do que como reflexo de alguma diferença entre o rei e o seu bispo de Lisboa. Pode mesmo ter funcionado como uma manobra diversiva para iludir a sistemática recusa de Braga em submeter-se às insistentes ordens do papa, excepto quando a isso não se podia furtar.

Assim, o quadro de relacionamento entre o rei e os bispos de Lisboa não parece apresentar marcas de desentendimentos sérios, pelo menos durante os seus primeiros cerca de 60 anos.

*

Seria o segundo Soeiro na diocese, Soeiro Viegas, a alterar este quadro. A sua ascensão à cadeira episcopal coincidiu com um conjunto de factores que se revelariam incontornáveis e que viriam a condicionar a sua conduta ao longo dos restantes vinte anos. Para lá do seu patronímico (que não é esclarecedor) nada mais nos é dado conhecer sobre os antecedentes de um bispo que atravessou três reinados e que protagonizou uma feroz oposição quer a Afonso II, na fase final do seu reinado, quer a Sancho II, nos últimos anos do seu episcopado.

As referências a Soeiro como bispo iniciam-se em 1211 ⁵⁵ quando ainda era bispo eleito, assumindo o lugar de pleno direito a partir de

Vicente). Sempre que na referência a esta obra mencionarmos «nota» estamos a referir-nos à publicação de documentos que o autor faz em nota; quando referirmos p. estamos obviamente a aludir ao trabalho do autor.

⁵⁴ Assim o atesta um documento do Tumbo C de Santiago de Compostela. Cf. publicação e referência em A. López Ferreiro, *Historia de la Santa A.M. Iglesia de Santiago de Compostela*, vol. V, Santiago, 1902, (= López Ferreiro, *Santia-go*) p. 31-32.

⁵⁵ *DSI*, doc. 205.

1212. Iniciou o seu episcopado em ambiente de grande harmonia e sintonia com o monarca, não havendo indícios de qualquer desentendimento com Afonso II até 1218. Pelo contrário, se equacionarmos o facto de que em 1212, em Roma, é ele quem, em conjunto com Vicente Hispano e Silvestre Godinho, negoceia a primeira confirmação da *Manifestis Probatum* a Afonso II ⁵⁶, trata do pagamento do censo à Santa Sé e advoga a causa do rei contra as infantas, com bastante êxito ⁵⁷, parece impossível aceitarmos qualquer sinal de desentendimento nesta fase. As relações preferenciais que nos primeiros anos de reinado mantinha com a família real parecem ainda sair reforçadas pelo papel que desempenha no testamento da rainha Urraca, no qual figura como beneficiário e como executor testamentário junto com Estevão Soares da Silva e com o tesoureiro de Braga ⁵⁸. Se acrescentarmos a esses factores o louvor que o rei lhe dispensa na carta de protecção que lhe concede em 17 de Abril de 1217 ⁵⁹, na qual Afonso II lhe agradece todos os serviços que dele recebeu, em Roma e no Reino, e especificamente a relevante influência que exercera na obtenção da sentença de Inocêncio III contra as infantas, as relações entre os dois não parecem contestáveis. Mas esta carta régia levanta a questão da sua necessidade. Porque razões precisava o bispo de Lisboa de ser protegido e de *quê* necessitava proteger-se?

Se Soeiro mantinha, por esses anos, boas relações com o monarca, o mesmo não pode inferir-se sobre as suas relações com a própria diocese. A carta de protecção que recebe do rei deve provavelmente relacionar-se com os conflitos que mantinha quer com os Templários, a quem sabemos que entretanto excomungara ⁶⁰ - embora não saibamos por que motivos - quer com o bispo de Coimbra ⁶¹, com quem se hostilizara por razões territoriais e jurisdicionais. Não está ainda suficientemente esclarecida a relação que estas contendas podem ter tido com o papel de advogado do rei que Soeiro desempenhou nas

⁵⁶ *Bul.*, 176.

⁵⁷ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 134.

⁵⁸ A.N.T.T., *Mosteiro de Alcobaça*, Maço 15, nº 336 (3). Nesse testamento, a rainha, para além de o nomear seu testamenteiro e lhe deixar a gestão de certa quantia de dinheiro, mais aos bracarenses já referidos, ainda lhe deixou 300 morabitinos «*intuitu persone sue*».

⁵⁹ ANTT, *Gaveta I*, Mç. 3, nº 14, pub. por Sousa Costa, *Mestre Vicente*, p. 62, nota 134.

⁶⁰ *Bul.*, 223.

⁶¹ *Bul.*, 215.

mencionadas questões e consequentemente, no papel que assumiu ao longo da guerra civil de 1212-1216. A difícil situação em que Soeiro parece estar pode também relacionar-se com a morte de Inocêncio III, e a consequente mudança de contexto. Talvez seja por isso que em Setembro de 1217, Honório III, envia a Soeiro uma carta ⁶² na qual determina que o nome e a reputação do bispo, que teria sido prejudicado por uma alegada inquirição cujo conteúdo desconhecemos, deveria ser reabilitado. Essa inquirição, que tinha sido elaborada com vista a apurar a irregularidade da vida e conduta do bispo parece ter uma ligação evidente quer com os anteriores problemas sentidos pelo bispo quer com a carta de protecção régia.

Parece, assim, que, nas vésperas da conquista de Alcácer, o bispo de Lisboa não estava na melhor das situações face a algumas das facções que dividiam o reino e que lhe tinham granjeado uma vaga de hostilidade. Ao contrário do que se tem afirmado, o bispo de Lisboa nesta fase era decerto um incontestável apoiante das ambições régias e não um adversário do monarca.

Deverá, então, pôr-se a hipótese de que, nesta conjuntura, a ideia de promover a conquista de Alcácer pudesse ter-lhe parecido uma forma de reassegurar a sua própria posição e prestígio, ao mesmo tempo que concederia ao rei uma vitória retumbante com a qual poderia garantir com maior segurança junto do recém-eleito Honório III a execução das determinações de Inocêncio III contra as infantas?

Com efeito, nenhuma fonte permite desmentir o facto de o grande impulsionador da conquista ser o bispo de Lisboa, mas também é inegável que, como noutras ocasiões, se criou em torno da façanha, um verdadeiro sistema de propaganda, que levou a narrativa até ao Papa ⁶³, que a fixou num poema épico ⁶⁴, e que lhe granjeou um eco não

⁶² Pub. por Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 160.

⁶³ Trata-se das duas missivas enviadas pelos cruzados que participaram na empresa, pedindo ao Papa que os dispensasse da ida à Terra Santa para ao invés se poderem concentrar na Reconquista peninsular. Nessas missivas faz-se toda a descrição da empresa e seus participantes e ainda é relatada a aparição do exército celestial de cavaleiros brancos. Cf. Demetrio Mansilla, *La Documentación Pontificia de Honorio III (1216-1227)*, Roma, IEHE, 1965, docs. 95-95, pp. 76-78 (= Mansilla, *Honorio III*).

⁶⁴ Trata-se do poema conhecido pelo nome «*Gosuini De Expugnatione Salaciae Carmen*». Utilizámos a edição de Herculano conforme consta dos *P.M.H., Scriptores*, I, pp. 101-104.

desprezível em todos os cronistas posteriores ⁶⁵. Também não se pode iludir o testemunho dado pela proliferação de privilégios papais que se seguiu ao momento da chegada dos relatórios dos cruzados a Roma. Durante o mês de Janeiro de 1218 a chancelaria papal exarou uma série de privilégios que beneficiaram não só o reino, mas todas as ambições reais.

A nossa historiografia tradicional tem atribuído a Afonso II uma atitude distante e desinteressada neste feito, com o argumento de que o rei estava desentendido com Soeiro Viegas e não participou na conquista por rejeitar tal compromisso. Não me parece possível sustentar documentalmente essa asserção. O rei não podia lutar fisicamente, devido à sua doença, facto que é comprovado até por famosos episódios dos Livros de Linhagens onde os seus vassallos o afastam do campo de batalha ⁶⁶. Não seria, pois, de estranhar assim tanto a ausência régia. Ao contrário, a evidência documental revela-nos um rei actuante e empenhado, imediatamente a seguir à conquista, quando concedeu Alcácer ao mestre de Santiago ⁶⁷, Martim Barregão, que era sogro de Gonçalo Mendes, o chanceler do rei, e participara na conquista ⁶⁸. Verifica-se, pois, que, muito ao contrário de alheado da conquista, o rei parece antes bastante empenhado em definir o seu ordenamento em termos de gestão do espaço conquistado ⁶⁹. E nem outra

⁶⁵ Na verdade, todos os cronistas hispânicos que se dedicaram ao reinado de Afonso II, de Rodrigo de Toledo a Ruy de Pina, não deixaram nunca de mencionar a conquista de Alcácer como o momento mais importante do reinado de Afonso II. Mesmo quando nenhuma outra memória do reinado ficou, a remissiva para essa conquista é o ponto nevralgico das narrativas sobre esse período. Com efeito, o *De Rebus Hispaniae*, a *Cronica General* de Afonso X, a *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, os *Livros de Linhagem do Conde D. Pedro*, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a *Crónica de 1419*, e a *Crónica de Afonso II* de Ruy de Pina exaltam o feito como se tivesse sido o momento fulcral do reinado de Afonso II.

⁶⁶ Cf. *Livro de Linhagem do Conde D. Pedro*, PMH, 2ª série, ed. critic. José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980 (= LL) LL 25G3.

⁶⁷ Ver o recente trabalho de Maria Teresa Lopes Pereira, «Memória Cruzadística do Feito da Tomada de Alcácer (1217) com base no Carmen de Gosuino», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, Guimarães, 1996, pp. 319-357, onde se analisam diversos aspectos do *Carmen* de Gosuino e onde se retomam diversas problemáticas em torno dessa conquista.

⁶⁸ Como referem as missivas enviadas ao papa referidas na nota 62 e como refere o LL, 45M5.

⁶⁹ Preocupação aliás que ainda parece revelar-se presente quando o monarca

coisa seria natural, tendo em vista a importância estratégica da posse de semelhante praça.

A conquista de Alcácer tem sido datada de entre 18 e 21 de Outubro de 1217⁷⁰. As notícias chegam a Roma nos finais desse mesmo ano. Conforme se referiu mais acima, tão cedo como Janeiro de 1218, Honório III faz emitir uma série de bulas em favor de Afonso II. Em 8 de Janeiro, ordena que se cumpra o que Inocêncio III determinou sobre a questão das infantas Teresa e Sancha⁷¹, a 11 de Janeiro confirma a Afonso II a *Manifestis Probatum* conforme Inocêncio III a reescrevera⁷²; no mesmo dia responde ao arcebispo de Braga que este pode manter Silves como sua sufragânea, se essa cidade for conquistada⁷³ e a 12 e 26 de Janeiro regula como se deve levar a cabo a fixação no reino de alguns dos seus cruzados que isenta da necessidade de participarem nas guerras da Terra Santa⁷⁴. Nada, neste quadro, parece implicar qualquer desavença entre as partes.

O segundo testamento do rei, datado de Janeiro de 1218, continua, como o primeiro, a considerar o conjunto dos bispos «portugueses» como tal, sem criar excepções e a beneficiar Soeiro como a qualquer outro dos prelados, num procedimento onde não se detectam quaisquer sinais de discórdia⁷⁵.

Por outro lado, parece totalmente descabido, no quadro de uma situação de antagonismo entre Afonso II e Soeiro, que o rei tivesse beneficiado o bispo de Lisboa com a mesma doação que concedeu a todas as outras dioceses do reino, o dízimo dos rendimentos régios,

concede foral à vila, em Agosto de 1218 (A.N.T.T., *Forais Antigos*, Maço 12, nº 3, fl. 81v-82; *Forais Antigos*, M. 12, nº 4, fl. 39.)

⁷⁰ Cf. trabalho referido na nota 67 sobre a data da conquista.

⁷¹ Mansilla, *Honorio III*, doc. 124, pp. 96-97.

⁷² *Monumenta Henricina*, 27.

⁷³ Mansilla, *Honorio III*, doc. 130, p. 103.

⁷⁴ No caso daqueles cujos navios tinham sido desmontados durante a tomada de Alcácer ou que por terem sido feridos não podiam ir para a Terra Santa. Cf. Mansilla, *Honorio III*, docs. 134, 143, pp. 106-107, 116.

⁷⁵ A.D.B., *Gaveta dos Testamentos*, doc. 11. Aí o rei refere-se ao conjunto dos bispos como já fizera no testamento de 1214. Nele os prelados aparecem como detentores de parte do património do rei e responsáveis pela sua correcta divisão. Para além do mais, o bispo de Lisboa é um dos oito bispos que ficam de posse de uma cópia do testamento, assim como o prior de Alcobaça, o de Santa Cruz, o mestre do Templo e o prior do Hospital.

conforme o fez em Abril de 1218 ⁷⁶. Muito menos que o fizesse referindo a intercessão de Mestre Vicente, deão da Sé de Lisboa também alegadamente, segundo a versão tradicional, de muito más relações com o bispo desde a conquista de Alcácer ⁷⁷.

No entanto, algo se passou em finais de 1218, a ponto de perturbar o equilíbrio até então observado, pois a Roma chegaram protestos do bispo sobre o seu deão e cabido, e sobre o conluio que entre esses e o rei se estabelecera contra si próprio ⁷⁸. Embora não possa situar-se o início das querelas nos meses que se sucederam à tomada de Alcácer, não será de excluir a hipótese de elas se terem radicado num progressivo desencanto do bispo face à falta de reconhecimento efectivo do seu protagonismo em tão relevante feito. Conhecemos as suas reclamações quanto ao facto de ter gasto seus bens e seus homens no esforço bélico que tantos favores arrecadou, sem poder sequer contar com o apoio das igrejas sufragâneas ⁷⁹, sem que nem os cruzados nem o monarca lhe tivessem concedido qualquer vantagem material. Não lhe coubera nem a tutela jurisdicional sobre uma zona que tradicionalmente deveria estar adscrita ao bispado de Lisboa. Nesse contexto, a concessão dos dízimos de 1218 poderia representar, ainda, uma compensação pelos prejuízos, mais que um benefício concedido desinteressadamente.

As relações de Soeiro com o clero da sua diocese e com o próprio papa tinham já atravessado fases difíceis, como se pode comprovar pelas múltiplas alegações presentes ainda nas sentenças sobre as contendas com S. Vicente de Fora ⁸⁰ e nas alegadas inquirições que supostamente o difamavam. Mas nesta fase, os conflitos iriam agravar-se e alargar-se aos seus tradicionais apoiantes, o rei e o deão de Lisboa.

⁷⁶ Pub. em Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 153.

⁷⁷ Já Sousa Costa, *Mestre Vicente*, pp. 75-76 verificou em 1963 como, pelo menos até Abril de 1218 não se notam sinais de más relações, por essa mesma razão alegada no texto.

⁷⁸ Conforme nos informa a bula de 25 de Outubro de 1218 na qual se descrevem as queixas apresentadas por Soeiro em Roma, contra Mestre Vicente. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 157.

⁷⁹ Conforme o *Carmen de Gosuino* expressivamente relata, o bispo que tanto se empenhou e tantos cabedais investiu, nada conseguiu em troca, mas terá melhor paga quando se unir a Deus. Cf. *P.M.H., Scriptores*, I, p. 104.

⁸⁰ Numa dessas contendas, em Setembro de 1217, era Vicente um dos juizes delegados do Papa. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 296.

Soeiro começa a partir de agora a exibir uma conduta incoerente, reveladora de instabilidade no quadro de relações entre poderes, que mais parece derivar de estratégias pessoais para obter o favor papal ou a melhoria do estado dos seus interesses particulares, do que obedecer a qualquer lógica clientelar, muito menos a uma vassalagem ao rei. Como se a necessidade de se sobrepor a qualquer outro poder prevalecesse sobre qualquer linha de fidelidade.

Na verdade, até à sua primeira reclamação a Honório III⁸¹, tudo parecia normal. Os conflitos que teria tido com o seu deão, mestre Vicente, a que ele próprio alude nessa missiva, poderiam derivar do decurso normal das relações que qualquer bispo mantinha com qualquer cabido, nesta época. As questões entre deões e bispos não eram pouco comuns nestes anos, e contudo não assumiram este tipo de proporções nos outros casos conhecidos.

Vicente não era, contudo, um deão qualquer: oriundo de uma família coimbrã de tradição moçárabe, na qual a vocação eclesiástica ladeava a tradição do serviço régio, Vicente parece ter seguido o percurso dos seus antepassados, muito embora no seu caso particular e como tantos outros seus contemporâneos, aliando a perícia jurídica a uma carreira eclesiástica de passos bem seguros e ao serviço do próprio rei⁸². Da sua brilhante carreira como canonista em Bolonha, passando pelo arcediagado e decanado de Lisboa, viria a ser bispo da Guarda e chanceler de Sancho II numa altura fundamental do percurso do reino. Era este homem, cujas obras circulavam nos meios académicos (e que nesta fase da sua vida já glosara a *Compilatio I e III*, e comentara o IV *Concílio de Latrão*, e que fora professor em Bolonha de Bernardo de Parma e do futuro Inocêncio IV⁸³), quem Soeiro Viegas, também experimentado nas lides jurídicas e antigo com-

⁸¹ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 157.

⁸² Para a carreira e identificação de Mestre Vicente como o bispo da Guarda, consultar, por todos, a referida obra de Sousa Costa, *Mestre Vicente*. Para aprofundamento sobre o seu labor como jurista e elementos sobre os seus textos e glosas, ver ainda Javier Ochoa Sanz, *Vincentius Hispanus, canonista boloñés del siglo XIII*, Roma-Madrid, 1960 (com a cautela de que a sua identificação de Vicente como o bispo de Zaragoza está errada) e Ana M.^a Bracinha de Lima Machado, *Vicente Hispano, aspectos biográficos e doutrinários*, Lisboa, 1965.

⁸³ Elementos recolhidos por António García y García, *Estudios sobre la Canonística Portuguesa Medieval*, Madrid, Fund. Univ. Española, 1976, pp. 108-112.

panheiro de Vicente nos anos das lutas pela inalienabilidade do Reino, tinha como deão do seu cabido em Lisboa.

Tanto quanto nos é dado saber pelas fontes documentais, até finais de 1218 as relações de Soeiro com o seu deão pareciam tão boas como com o seu rei. No entanto, o bispo acusou-o de ter manobrado o cabido de forma desleal durante a sua ausência na campanha de Alcácer, de ter feito novas e importantes modificações na forma como o cabido se regia e de ter ocupado benefícios indevidamente. Referira, ainda que, agastado com a situação, demitira Vicente e nomeara outro deão, o qual teria sido fisicamente agredido pelo antecessor e seus apoiantes, «com o consentimento do rei». Os consequentes incidentes, durante os quais os delegados do bispo teriam sido quase assassinados por sobrinhos e apoiantes de Vicente, levaram-no a recorrer a Roma, para protecção. O papa entregou a resolução do caso a delegados «portugueses», cuja isenção o bispo Soeiro de imediato contestou, num perfeito recurso, mas sem grande sucesso. O papa mandava inquirir da verdade do relatado e também ele ganhava tempo ⁸⁴.

Todo este processo se desenvolve num contexto de instabilidade permanente. Em 1219 o reino é de novo invadido pelas tropas leonesas com a participação e apoio de muitos nobres portugueses emigrados e bem assimilados às forças leonesas. Martim Sanches devasta Trás os Montes e faz as suas famosas investidas em Barcelos, Braga e Guimarães. A paz de Baronal, assinada em 13 de Junho de 1219, garantia a estabilidade temporária e a aliança de Afonso IX de Leão e Afonso II de Portugal contra os avanços islâmicos e castelhanos, numa época particularmente conturbada na Península. Conferia, ainda, ao rei, e estabilidade política suficiente para voltar a tentar implementar medidas de reforço da coerência interna. Esta seria uma tentativa sempre renovada e sempre frustrada ao longo do seu breve reinado. Desta vez, o rei implementará as inquirições, logo em 1220 e seguramente no seguimento das indefinições verificadas em 1219-20 nos territórios nortenhos, onde o arcebispo de Braga e o bispo do Porto faziam um jogo duplo com os monarcas leoneses ao estilo do que faziam os membros leigos das suas respectivas famílias, empenhados no serviço de várias causas ⁸⁵.

⁸⁴ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 158.

⁸⁵ Os sucessos aqui narrados têm sido profusamente analisados por muitos. Vejam-se, por todos, as abordagens de Alexandre Herculano, *História de Portugal*,

O ambiente de caos que estes anos testemunham, impede-nos o conhecimento do decurso das reclamações de Soeiro Viegas em Roma. Tudo o que nos é dado saber, é que em Março e Maio de 1220 ⁸⁶ Vicente é, ainda ou de novo, o deão de Lisboa e Soeiro o seu bispo, como se nada tivesse acontecido. A documentação não nos permite, neste momento avançar para lá da constatação destas realidades.

O processo iniciado em finais 1218 criara uma espécie de padrão que se repetiria ao longo dos restantes anos que Soeiro estaria à frente da diocese. Sempre que um problema surgia, os conflitos eclodiam, recorria-se para Roma ou ao rei, e, sem que se possa determinar o que acontecera entretanto, tudo parece regressar à normalidade institucional anterior. Veremos este tipo de procedimento repetir-se em 1220, 1224, 1225, 1226 e 1231.

A explicação tem certamente relação com as malhas dos acontecimentos políticos que afectavam quer as opções feitas por estes homens intimamente ligados ao poder quer os respectivos percursos. Quando o rei começa a promover as Inquirições, a atitude de desconfiança por parte da nobreza e dos eclesiásticos redundou em oposição e agudização dos antagonismos. As concessões dos monarcas leoneses ao Bracaraense ⁸⁷ e o facto de Estevão Soares, como todos os outros intervenientes, ter família em ambos os lados da fronteira geográfica e política, não devem ter sido alheios ao perfilar de problemas que viriam a redundar na fuga do arcebispo para Leão e na

desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III, notas críticas de José Mattoso, tomo II, Lisboa, Bertrand, 1981, tendo em especial atenção as notas críticas de José Mattoso, preciosas na maior parte dos casos. Vejam-se ainda as recentes sínteses de José Mattoso, «Dois séculos de vicissitudes políticas», *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. II, Lisboa, Estampa, 1993, especialmente pp. 23-133. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, pref. Domingos Maurício, vol. VI, Lisboa, Bilibon, 1944, tem sempre indicações muito relevantes, que é fundamental levar em conta.

⁸⁶ Cf. provas documentais apresentadas por Sousa Costa, *Mestre Vicente*, pp. 77-78, notas 65 e 158.

⁸⁷ Das quais o mais conhecido é a doação de Afonso IX do Couto de Ervededo ao arcebispo de Braga, confirmando a doação de D. Teresa. Cf. ANTT, *Mitra de Braga*, mç. 1, docs. 141, 145. Convém, contudo, não nos iludirmos demasiado com as indicações que estas doações parecem dar, e relativizá-las num contexto de reciprocidade. Na verdade, também há concessões patrimoniais de reis portugueses às dioceses leonesas, como as que Sancho II faz a Santiago de Compostela em 1244. Cf. López Ferreiro, *Santiago*, pp. 223.

excomunhão do rei. As diferenças entre o arcebispo de Braga Estevão Soares da Silva e Afonso II arrastariam, por simpatia, todos os outros bispos do Reino, que forçosamente tiveram de tomar posições. Soeiro não deve ter constituído excepção, alinhando quase de certeza com a facção pró-Estevão Soares da Silva e pró-leonesa, como parecem indiciar a sua erradicação (junto com a de todos os outros bispos) do testamento régio de Novembro de 1221 ⁸⁸ e as queixas que o cabido faz sobre a sua conduta em 1221 e 1222 ⁸⁹. Mas na verdade, nada sabemos directamente, das razões da sua mudança de campo, nem do seu itinerário nesses anos, até que em 1223 o vamos encontrar em Roma ⁹⁰.

Ao contrário do bispo de Lisboa, o seu deão Vicente crescera na confiança do rei, a ponto de ser apontado pelo papa como um dos causadores da instabilidade dos conflitos entre Afonso II e Roma ⁹¹. Apesar desse estigma, é ele o obreiro da paz que se estabeleceu entre o rei e Estevão Soares da Silva, ainda em 1222 ⁹², e está também presente, como subscritor da concórdia e concordata que logo em Abril de 1223 se estabelecem entre Sancho II e o arcebispo de Braga, numa clara exibição de como estes juristas sabiam recuar e fazer concessões políticas. Logo em Outubro de 1224 Vicente acede ao chan-

⁸⁸ Naquele que seria o seu último testamento a situação é bem diversa da observada nos anteriores. Com efeito, neste testamento não se menciona nem o arcebispo de Braga, nem qualquer dos bispos do reino. Apenas se mencionam dois cabidos, o de Santiago de Compostela e o da Egitânia, e os anteriores legados são entregues aos mestres das ordens e aos priores de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, S. Jorge de Coimbra, S. Vicente de Lisboa e Santos de Lisboa. Tradicionais rivais dos bispos das respectivas dioceses, normalmente por causa das isenções e privilégios de que gosavam. Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de Alcobaça*, Documentos Régios, Cx. I, doc. 21.

⁸⁹ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 165.

⁹⁰ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 216.

⁹¹ Trata-se da famosa bula de 16 de Junho de 1222, na qual Mestre Vicente, junto com Mestre Paio, chantre do Porto e Mestre Julião deão de Coimbra são admoestados pelo papa para que se afastem do rei excomungado. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 209.

⁹² Assim resulta da análise da carta de concessão de um prestimónio, pelo monarca ao seu conselheiro, alegando que o faz pelos serviços que dele recebera nas pazes com o arcebispo de Braga e com as irmãs, assim como no contributo que dera para que Mafalda fosse rainha de Castela. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 193.

celarato de Sancho II ⁹³. A pouca idade de Sancho fazia dele uma presa apetecível para as ambições quer dos seus fiéis quer dos seus detractores, que pretendiam decerto reverter a situação nos moldes em que estava a evoluir com Afonso II.

Contudo, no meio destes acontecimentos, a posição de Soeiro não é clara. O bispo apoiou decerto, como vimos, a facção pró-leonesa, mas em Janeiro de 1224, apesar da evolução que o reino supostamente teria tido com a acessão de Sancho II ao trono, ainda continuava em Roma, desta vez alegando que o rei o obrigava a exílio ⁹⁴. Na mesma altura se refere como um seu sobrinho e o seu mordomo tinham sido assassinados e como os assassinos se tinham refugiado em Alenquer, junto das Infantas ⁹⁵. Não se compreende como um dos opositores de Sancho e aliado de Estevão Soares da Silva poderia ser prejudicado por quem teoricamente o deveria apoiar. À confusão acresce ainda uma outra bula de Honório, sempre de Janeiro de 1224, onde se agradece expressamente ao rei de Leão o apoio que ele tinha dado ao bispo exilado de Lisboa, alegado campeão das liberdades eclesiásticas ⁹⁶, o que parece contraditoriamente indicar a manutenção de uma aliança estratégica do bispo de Lisboa à facção conservadora pró-leonesa. Ou talvez a facção conservadora já não tivesse necessidade de ser pró-leonesa. De qualquer forma, esta agitação e a manutenção de ambiente tão tenso entre o jovem monarca e as dioceses do seu reino, poucos meses depois de ter assinado a concórdia com o clero e numa fase em que o entendimento com Leão era estável, apesar das múltiplas ingerências ⁹⁷, fala eloquentemente de como o acordo

⁹³ Conforme sabemos por uma bula de Honório III a recomendar-lhe que desempenhe bem o cargo para o qual o rei o escolheu. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 245-246.

⁹⁴ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 227.

⁹⁵ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 235.

⁹⁶ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 231.

⁹⁷ Em 1219, no Baronal fizérase uma trégua de 20 anos com Afonso IX, mas o monarca nunca devolvera Chaves e Sabugal. Só em 1231 se viria, no encontro do Sabugal a regular esse tópico, já com o seu sucessor. No território português, as ingerências dos monarcas leoneses e castelhanos multiplicam-se, não só pela ingerência nas questões eclesiásticas, mas também agindo como senhor patrimonial em território de outra soberania, como Coimbra e Lisboa, para já não mencionar o seu posicionamento face às terras mais fronteiriças onde a própria indefinição de limites tornava essas oscilações naturais. As relações entre os monarcas português e leonês

com Estevão Soares não significou uma derrota decisiva para o monarca nem uma cedência definitiva aos interesses da velha nobreza senhorial e dos eclesiásticos a seu serviço. Logo em inícios de 1224 o papa pede a Sancho II que não siga as pisadas do pai e que respeite as liberdades da Igreja ⁹⁸.

Na mesma altura, uma série de bulas clarificam as dificuldades que Soeiro teve na sua diocese ⁹⁹. Do que nos é dado saber por Honório III, dir-se-ia que o bispo, apoiado por forças eclesiásticas e leigas internas e externas (nomeadamente o arcebispo de Braga e o rei de Leão) entrara em guerra com todos em Lisboa, em prol das alegadas liberdades eclesiásticas: excomungara os oficiais do rei, que espoliavam e abusavam das igrejas, espancavam os clérigos e tinham estabelecido um imposto a pagar pelos que desejassem manter as suas concubinas e excomungara vários cónegos do seu cabido, a quem acusava de servirem ao rei em desfavor da diocese, numa alusão bem explícita ao deão e seus acólitos.

Mais uma vez, não sabemos como se resolveu este problema. Apenas conhecemos os textos de Outubro de 1224 nos quais o papa adverte mestre Vicente da importância do cargo de chanceler do rei, na direcção dos assuntos do reino, ao mesmo tempo que lhe concede ainda o privilégio de acumular o seu cargo na corte com o seu benefício de cura de almas ¹⁰⁰. Envia também nessa altura cartas de protecção apostólica para Sancho II a exortá-lo a que cumpra sua missão reconquistadora ¹⁰¹. Ao mesmo tempo, re-encontramos Soeiro Viegas

oscilam, também elas, conforme aos rigores da atitude papal e da guerra contra o Islão e os outros reinos. Mas tal tipo de atitudes, não parecem ter criado demasiada tensão na relação entre os monarcas, como bem ilustra a aliança feita entre Sancho II e Afonso IX antes de 1226 para atacar Cáceres e Badajoz, dois falhanços militares, para grande gáudio dos castelhanos. Para os sucessos aqui narrados, consultar os autores citados na nota 85 e para os sucessos de 1226, cf. *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, ed. Luis Charlo Bréa, Cadiz, Universidad de Cadiz, 1984, pp. 72-73 e 80.

⁹⁸ Bula de 16 de Janeiro de 1224, que surge aliada a outras 11 exaradas entre 12 e 16 de Janeiro, todas sobre as questões do rei com o clero e suas dioceses e sobre os problemas entre o rei e o bispo de Lisboa. Para o texto desta bula, cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 218.

⁹⁹ Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, notas 129, 218, 228-236.

¹⁰⁰ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, notas 245-246.

¹⁰¹ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 247.

a confirmar de novo documentos régios como bispo de Lisboa, e como se nada se tivesse passado ¹⁰².

Claro que, mais uma vez, tratava-se da calma antes da tempestade. Nos cinco anos que se seguiriam, durante os quais Soeiro parece ter estado em Portugal, ele continuaria a oscilar entre a proximidade ao rei e seu círculo, ou ao papa, e entre o confronto com o monarca ou com o pontífice. Nos finais de 1225 Honório III queixava-se, desta vez, do bispo de Lisboa e criticava-lhe os variados e frequentes abusos de que era acusado, pelo cabido, por João Raulis e pelos oficiais do rei ¹⁰³. A situação da Sé de Lisboa parece muito instável durante os anos de 1225 e 1226, mas não sabemos muito do que se teria passado em relação ao rei ¹⁰⁴. Com efeito, o bispo continua presente na documentação do monarca até 1226, quando a situação de novo se altera. Três meses depois Honório III ordenava a Soeiro Viegas e cabido que se apresentassem na Cúria dentro de 4 meses, para ouvirem as determinações quanto às querelas com S. Vicente da Fora ¹⁰⁵. Do que nos é dado saber dos pouco documentados anos de 1225-1229, a situação de instabilidade institucional dentro da diocese deve ter-se mantido com bastante virulência.

A situação política que resultou da derrota de Sancho II em Elvas em 1226, a morte de Honório III, a ascensão ao sólio pontifício de Gregório IX e os efeitos da legacia de João de Abbeville, bem como a morte de Afonso IX de Leão, devem ser todos responsáveis pela última viragem do conturbado percurso de Soeiro.

¹⁰² Como é o caso do privilégio concedido por Sancho II a Santa Cruz em Julho de 1224. Cf. A.N.T.T., *Santa Cruz de Coimbra*, Docs. Régios, Mç. 2, doc. 34.

¹⁰³ Bula de 18 de Dezembro. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 163. São vários os abusos do prelado, que expoliara o capelão pontifício e seus familiares e abusava, ele e seu cabido, de privilégios que não tinha, mandando devastar bens de Simão Raulis e forçando os clérigos de João Raulis. O papa queixa-se nesta altura de receber tão má paga de alguém a quem sempre ajudara nas dificuldades.

¹⁰⁴ Um documento de 1240 transcrito no *Inventário antigo do Cabido da Sé de Lisboa* (BNL, *Cod.* 8952) refere uma composição entre o bispo João e o rei sobre direitos de padroado em diversas igrejas, nomeadamente algumas da região de Óbidos, que o rei expoliara. Nessa transcrição refere-se como aquele acordo se limitava a retomar o que o mesmo monarca fizera com Soeiro Viegas. Mas penso que este acordo entre Soeiro II e Sancho II se deve situar cronologicamente mais para o final do episcopado de Soeiro, visto que possuímos a inquirição de Zamora, de 1233, onde o mesmo assunto é versado. Ver, mais abaixo, nota 113.

¹⁰⁵ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, notas 248 e 296b.

A famosa constituição sinodal de Soeiro, que o bispo João Rao-lis, em 1240 ainda inseriria nas constituições do seu próprio sínodo ¹⁰⁶ pode datar deste período. Esta hipótese baseia-se não só na referência da bula de Honório III de 18 de Dezembro de 1225 quando se menciona a publicação de constituições e estatutos novos por Soeiro, como ainda pelo próprio texto da constituição, que versa sobre a atribuição de benefícios e a quem cabe a autoridade para o fazer. Destes últimos anos na diocese muito pouco nos é dado saber, para além das já mencionadas querelas sobre jurisdição entre as instituições da cidade.

Em 1231 a situação é, de novo, totalmente diversa. Agora Gregório IX aparece como um apoiante incondicional de Soeiro, o qual, mais uma vez em Roma, renovava contra o rei as acusações de 1224 ¹⁰⁷. Num perfeito *volte face*, Gregório insurgia-se contra as prepotências do rei e ameaçava Sancho II de interdição ¹⁰⁸, ameaça que viria a concretizar em 1231, após os graves problemas que o rei tivera com as dioceses de Porto, Coimbra e Lisboa. Tudo isto acontecia num contexto de bom relacionamento entre o prelado e o papa, como se pode ainda inferir a partir do papel fundamental que Soeiro desempenhou em Roma, nesse ano, como testemunha principal para a redacção da hagiografia de Santo António, na parte respeitante aos anos da sua juventude em Lisboa ¹⁰⁹.

Convertido de demónio em anjo, após 1231, a data da sua morte não é um elemento sobre o qual todos os autores concordem. Segundo alguns, renunciara ao episcopado para ingressar nos Dominicanos de Santarém, segundo outros teria regressado a Roma e aí teria morrido, segundo outros, ainda, teria morrido em Portugal. De acordo com os elementos de um obituário de Lisboa, citado por Rodrigo da Cunha, teria morrido em Janeiro de 1232, e segundo outra verba

¹⁰⁶ *Synodicon Hispanum*, vol. II - *Portugal*, dir. António García y García, Madrid, BAC, 1982, pp. 295, const. 27.

¹⁰⁷ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 296 h, 296j. As anteriores queixas já apresentadas em 1224 eram todas renovadas e reclamava-se agora que Sancho nem cumpria as vontades testamentárias do seu pai, nem dava às igrejas as dízimas que Afonso II doara em 1218.

¹⁰⁸ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, notas 296j, 298, 299.

¹⁰⁹ «*Denique non nulla scribo, que oculis ipse non uidi, domno tamen Sugerio secundo, ulixbonensis episcopo, et aliis uiris catholicis referentibus ipsa cognoui.*» in *Vita Sancti Antonii*, PMH, *Scriptores*, I, p. 116.

citada pela mesma fonte, em 1249¹¹⁰. Gonzaga de Azevedo advoga a sua morte durante 1237, em Roma, sem indicar as razões da sua opção¹¹¹. Mas na documentação ele aparece como bispo de Lisboa pela última vez em 22 de Março de 1232 quando é confirmante na doação do Crato¹¹². Uma inquirição que ele próprio ordenara, sobre seus direitos de padroado e as pretensões régias nas igrejas de Ourém e Olival, existente no Arquivo da Catedral de Zamora, ostentando a data de 1233¹¹³, vem confundir os elementos. Contudo, documentalmente não restam outros traços da sua permanência, nem no País nem no episcopado e o relato dos sucessos posteriores não admite a sua existência após o início de 1233¹¹⁴.

Deixaria a sua diocese numa altura particularmente confusa, em que o crescendo de instabilidade política e as lutas de facções afectavam de modo premente todas as dioceses do reino, mas muito especialmente Porto, Coimbra e Lisboa, onde as questões entre os eclesiásticos entre si, e destes com o rei e com o papa assumem contornos muito difíceis de precisar, em períodos durante os quais a sucessão dos factos desafia a sua inteligibilidade.

No seu erudito trabalho sobre Mestre Vicente, Sousa Costa já definiu a ordenação cronológica dos acontecimentos e coligiu exaustivamente a documentação existente sobre o confuso período que medeia entre 1233 e 1239¹¹⁵. Após o desaparecimento de Soeiro Vie-

¹¹⁰ Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 229v, transcreve uma verba do Calendário da Sé, que dizia «4. Kalend. Februar. obiit Sverivs secundus episcopus vlixbonensis, aera Mcclxx» mas mais adiante refere como talvez esse facto se tenha dado só em 1249, segundo outro testemunho do mesmo livro e para poder aceitar a tradição legada por Humberto de Romanis segundo a qual Soeiro teria, nos últimos anos de sua vida, entrado para os Dominicanos de Santarém, e só morreria nessa data.

¹¹¹ Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, pref. Domingos Maurício, vol. VI, Lisboa, Biblion, 1944, pp. 166-167.

¹¹² A.N.T.T., *Gavetas*, Gav. VI, Mç I, nº 22.

¹¹³ Pub. por Gonzaga de Azevedo, op. cit., pp. 181-187, foi depois publicada de novo, com algumas correcções de leitura, mas com a mesma data por José-Luis Martín, *Documentos Zamoranos. I - Documentos del Archivo Catedralicio de Zamora. Primera Parte (1128-1261)*, Salamanca, Univ. de Salamanca, 1982, doc. 113, pp. 88-93.

¹¹⁴ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, pp. 196-198, 213-251, dá argumentos decisivos para esta datação, opinando sobre o ano de 1233 como limite máximo para a vida de Soeiro II.

¹¹⁵ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, pp. 213-277, e respectivas notas, onde publica os documentos.

gas, Vicente foi imediatamente postulado para bispo pelo cabido. Mas esta postulação nunca chegou a ser confirmada. Assim que os procuradores partiram para Roma a pedir ao papa a confirmação, o cabido elegeu outro bispo, desta vez Paio, que estava moribundo e que morreu passado alguns dias ¹¹⁶. Ignorando totalmente a irregularidade do processo que lideravam, os cônegos do cabido deixaram a eleição de novo bispo por realizar durante oito meses. Após os quais, elegeram o terceiro bispo desse ano, sem qualquer assentimento papal, e sob ameaça de anulação de todos os processos, que as apelações interpostas por João Raolis para Roma pediam ¹¹⁷.

O cabido elegeu, pois, João Falberto, por imposição civil, conforme nos é relatado, mas tal procedimento é descrito como apenas um expediente legal para que, após a sua planeada demissão se pudesse assim delegar a resolução do caso nas mãos do arcebispo de Compostela. Enviada uma delegação ao metropolitano, o bispo demissionário entregava-lhe a capacidade de nomear o seu sucessor. Este nomeou então o próprio portador da missiva capitular, Mestre Estevão Gomes, mestre-escola de Lisboa, sobre quem impendiam graves acusações, como a de acumular três benefícios de cura de almas e de ter desrespeitado o interdito de 1231 ¹¹⁸. Tudo isto acontece durante o ano de 1233, numa altura em que as querelas do rei com o bispo do Porto e com o arcebispo de Braga estavam temporariamente apaziguadas e no qual o reino estava teoricamente pacificado, prosseguindo o esforço de conquista para Sul, com o apoio e incentivo papal ¹¹⁹. Este quadro faz estranhar o interesse dos elementos do

¹¹⁶ Todo o processo consta da elucidativa bula de 25 de Outubro de 1234, quando Gregório IX procura repor um pouco de ordem no processo ao mandar averiguar os acontecimentos pelos seus juizes delegados, o abade de Palacios e o mestre escola e um cônego de Palência. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 242. Mais detalhes são dados em bulas posteriores, de 1235, e de 1237. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, notas 245 e 248.

¹¹⁷ Sobre os processos de eleição episcopal nesta época e respectivos trâmites e irregularidades, ver, por todos, o clássico mas ainda útil trabalho de Geoffrey Baraclough, «The making of a bishop in the Middle Ages - the part of the Pope in Law and Fact», *Catholic Historical Review*, 19 (1933) 275-319.

¹¹⁸ Assim o refere a bula que Gregório IX dirige a Estevão Gomes em 28 de Abril de 1236. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 345.

¹¹⁹ Os tratados de Sabugal e o apoio de Gregório IX à causa da Reconquista, bem como o progresso da conquista a Sul, deveriam indicar um clima de acalmia temporária. Gonzaga de Azevedo, *op. cit.*, pp. 46-49, contudo, advoga a teoria de que

cabido de Lisboa em desestabilizar a diocese, e parece sugerir um problema interno, talvez sem uma relação directa com as relações mantidas até aí entre a diocese e a coroa.

A questão surgida nestes anos, que se arrastará sem resolução definitiva até 1239, reflecte uma feroz luta de rivalidades no cabido lisboeta e na própria cidade. No meio desta nebulosa teia, é muito difícil definir quem está de que lado. A questão seria uma luta entre o papa e o rei, entre o rei e seus opositores, entre o deão e o restante cabido, entre o cabido e o bispo ou tudo isto em simultâneo? Haveria por detrás desta infundável série de conflitos alguma intenção de desmoralizar o rei e seus oficiais e /ou de promover um bispo que não alinhasse por Sancho II?

João Raolis, que era então deão de Lisboa, e médico e capelão do papa, aparece como o chefe da facção que reagiu contra todo este caótico desenvolvimento da vacatura ¹²⁰. Com efeito, é ele quem interpõe as apelações para Roma, logo após a postulação de Vicente. Fora perseguido pelo bispo Soeiro II, em ocasiões anteriores, bem como a sua família, bem instalada na hierarquia eclesiástica e civil da Lisboa de Duzentos, durante as perturbações de 1224 ¹²¹. Agora, de novo a documentação refere que é perseguido, mas desta vez pelo rei, de quem se diz que em 1233 ¹²² já por três vezes expoliara o deão

o interdito de 1231 veio de novo inflamar os ânimos e criar novo clima de instabilidade, nas dioceses como nos senhorios leigos e na alta nobreza.

¹²⁰ Cf. nota 118

¹²¹ Referida em bula de 18 de Dezembro de 1225. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 163. O mesmo clima se sente no documento de quitação exarado em 28 de Julho de 1228 (Cf. ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1ª incorp., mç. 5, doc. 10) na qual Simão Raolis enquanto procurador de seu irmão João, menciona as questões havidas entre este e o então bispo de Lisboa, Soeiro II.

¹²² Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 381. É nesse documento, aliás, que se refere como João Raolis já por diversas vezes servira os interesses régios em Roma, pelo que se consideram os abusos do rei sobre os bens e igrejas de João Raolis uma ingratidão para além de uma prepotência. João Raolis tinha um irmão Simão Raolis que também era cônego, para além de prior de S. Mamede de Lisboa e que viria a ser deão durante o episcopado do irmão. Outro irmão, Martinho Raolis, era monge de Alcobaça. Por último, Pedro Raolis, que seria um dos mais destacados tabeliães de Lisboa, pertencia também a este lote destacado dos Raolis. Sobre este último e seus irmãos, ver Bernardo Sá Nogueira, *Tabelionado e instrumento público em Portugal. Gênese e implantação (1212-1279)*, Dissertação de Doutoramento policopiada, apre-sentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1996, vol. II, p. 11. Firmemente

de seus bens, a última das quais, segundo o documento, teria sido aquando da eleição de Estevão Gomes. Segundo toda a lógica, pareceria então que Estevão Gomes era o candidato do rei, que João Raolis se opusera e que o rei retaliara ao privá-lo de seus bens. Mas, na verdade, o próprio Estevão Gomes, em Roma, referiu como o monarca o tinha mandado prender e privado de seus bens, por se opor à sua eleição, quando ele regressara de Compostela ¹²³. Como se podem coordenar estas duas informações, aparentemente tão contraditórias? Quem estava, então, por detrás de Estevão Gomes?

Numa bula de 1234 ¹²⁴ Gregório IX refere como ambas as eleições de João Falberto e Estevão Gomes e a demissão do primeiro, tinham sido promovidas e levadas a cabo como fruto do mais puro abuso dos poderes seculares. Esta afirmação, tem sido aceite como uma referência à intromissão régia nos assuntos do clero, manobrando o cabido lisbonense para promover um bispo do seu agrado. Isto faria do cabido de Lisboa um apoiante de Sancho II, e, em certa medida, até justificava a missiva de Gregório IX, na qual lamentava os transtornos e abusos que Fernando de Serpa, irmão do rei, promovera contra João Raolis, em 1237 ¹²⁵ para projectar o seu candidato, Estevão Gomes. Mas não explica o como nem o porquê de um rei ameaçado por todos os lados, aceitar de bom grado um bispo sagrado por Santiago de Compostela, nem explica o depoimento de João Raolis em Roma, quando diz que a eleição de Estevão Gomes fora feita contra a vontade de alguns membros do cabido e do próprio rei. Nem a famosa prisão a que o rei teria sujeitado o anterior mestre escola, quando regressara de Compostela já investido do bispado de Lisboa. Contudo, face

entrosados na oligarquia lisboeta de Duzentos, os Raolis povoam ainda, em número significativamente abundante as verbas do Obituário de S. Vicente preservado no Museu Britânico. Cf. British Library, *Manuscripts, Add.* 15444.

¹²³ Bula de 28 de Abril de 1236, relatando todo o processo, que se arrastará por anos. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 345.

¹²⁴ Trata-se de novo da bula de 25 de Outubro, já citada. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 342. Aí se refere como o procedimento era «...*contra forma iuris et per secularis potestatis abusum* ...» e mais adiante que «...*canonici per impressionem secularis potentie transtulerunt*...» a eleição para o foro do arcebispo de Compostela.

¹²⁵ Em bula de 1238, Maio, Gregório IX refere como o infante de Serpa expoliara e devastara os bens de João Raolis em prol da defesa de seu eleito, Estevão Gomes. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 385.

ao papa, Estevão Gomes conseguiu, pelo hábil uso de estratégias jurídicas que se ligavam com o correcto procedimento legal e formal, que o pontífice reconhecesse a justeza das suas reclamações e que ordenasse ao arcebispo de Braga a devolução dos bens e riquezas que o rei e a Santa Sé lhe tinham indevidamente confiscado. Assim conseguia Estevão atrazar o processo e ganhar tempo. É forçoso concluir que estamos face a teias de interrelacionamento muito mais complexas do que podemos imaginar, e que os enganos e subtilezas do processo conseguem esconder-nos a realidade até hoje.

Um elemento, contudo pode ser adiantado como chave explicativa de parte da trama. A alusão à ingerência abusiva dos poderes seculares, tradicionalmente tomada como uma referência ao rei, talvez possa ou deva ser encarada antes como uma referência à oligarquia urbana que provavelmente também tinha muito interesse em interferir na eleição de um novo bispo que promovesse os seus interesses.

Esta interpretação explicaria o porquê de as eleições terem o desacordo quer do rei quer de (parte) do cabido. Também parece natural que, numa cidade onde o crescimento económico era relevante, o poder das oligarquias fosse não só forte como interveniente.

Explicaria ainda porque João Raolis não era desta facção e porque o apoio compostelano era bem vindo em Lisboa e muito pouco bem vindo pelo rei, que manda prender o bispo com base no mau serviço que este faz à sua causa. Explicaria ainda o apoio do infante de Serpa a Estevão Gomes ¹²⁶.

Queria também dizer que estas forças na cidade eram suficientemente fortes para minarem os apoiantes do rei, e os candidatos papais, e para se imporem por resistência passiva e activa. Mas até investigações posteriores, esta hipótese deverá valer apenas como tal, pois bastantes questões ficam ainda por esclarecer.

No meio deste inbricado complexo de argumentos e contra-argumentos aos quais quer Estevão Gomes quer João Raolis faziam recurso, usando os seus melhores conhecimentos quer da matéria jurídica, quer dos meandros processuais e dos subterfúgios formais, um inesperado desfecho vem terminar a questão. Segundo o próprio papa ¹²⁷,

¹²⁶ Sobre os desmandos do infante de Serpa na cidade vejam-se as bulas de Gregório IX em Sousa Costa, *Mestre Vicente*, notas 385 e 386, 389.

¹²⁷ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 348, bula de 29 de Julho de 1237, na qual se refere pormenorizadamente o processo e seu fim.

quando se estava quase a dar a sentença, Estevão Gomes renunciara ao seu cargo. De novo vaga a diocese, passado algum tempo e por conselho do arcebispo de Toledo e do bispo de Palência, o papa ordenou ele próprio o novo bispo de Lisboa em 1239¹²⁸. Foi Gregório IX quem consagrou mestre João Raolis, como bispo de Lisboa, em Roma, após o que enviou diversas missivas ao rei, ao cabido, ao concelho de Lisboa e ao arcebispo de Compostela de modo a garantir a aceitação da sua escolha e a recepção pacífica do seu eleito¹²⁹. Por essas cartas o papa ordenava aos restantes poderes, que decerto tinham estado também envolvidos no processo, que acatassem a sua decisão e que anulassem tudo o que previamente fora feito.

João Raolis, embora contasse com o favor do papa, a quem servira por mais de 20 anos, não parece ter tido muito apoio dos restantes membros do cabido de Lisboa, conforme se pode ver pela luta que teve de travar nesse ambiente e pelas tentativas de difamação a que os seus colegas de cabido e o próprio rei o submeteram após a nomeação papal¹³⁰.

O seu episcopado parece ter decorrido a partir de então de modo relativamente pacífico, e segundo a normalidade da situação, como a realização de um sínodo em Lisboa em 1240¹³¹ parece ilustrar.

A concórdia estabelecida em 1241 entre ele e Sancho II, retomando uma já celebrada entre este monarca e Soeiro II, vem reforçar a noção de que se tentou reorganizar a questão dos padroados das sufragâneas e estabilizar a diocese e as relações com o rei¹³².

O processo adensa-se em silêncio, a partir daqui, e só parece ter voltado a ficar esclarecido quando, em 1241 - ano em que o arcebis-

¹²⁸ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 351.

¹²⁹ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, notas 351, 352, 353.

¹³⁰ Tais como a delegação que em 1240 o papa recebeu na Cúria, protestando contra a eleição e reclamando dos seus múltiplos crimes. Entre os acusadores contava-se o novo chanceler do rei, Durão Forjaz. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 358.

¹³¹ Cf. *Synodicon Hispanum*, vol II - Portugal, dir. António García y García, Madrid, BAC, 1982, pp. 285-297.

¹³² Cf. a publicação do documento no *Inventário Antigo do Cabido da Sé de Lisboa*, fl. 191-191v e Sousa Costa, *Mestre Vicente*, p. 243 e nota 361, onde segue o testemunho de Rodrigo da Cunha (*Hist. Eccles.*, fl. 153-154v) ao publicar a tradução da aludida concórdia, alegadamente feita com o bispo em Roma, de onde pode não ter saído durante o seu episcopado.

po de Braga e do Porto apresentavam as suas reclamações sobre Sancho II ao Papa e em que acorriam ao malogrado concílio de Roma para tratar dos problemas relacionados com os abusos de Frederico II - Aires Vasquez, outro eclesiástico com fortes ligações a Santiago, foi eleito bispo da diocese pelo metropolitano de Compostela, dando azo a um novo processo que só o facto de estarmos numa conjuntura diferente ia permitir ter uma resolução mais rápida. Com efeito, a eleição de Aires Vasques foi processualmente parecida com a de Estevão Gomes, na medida em que mal João Raolis desaparecera, fora postulado pelo cabido ¹³³ o chantre Ricardo Guilherme. Compostela opoz-se, adiantou-se e elegeu Airas Vasquez, o que deu azo a novas reclamações, alegando a ilegitimidade desse procedimento, o facto de se ter preferido um *extraneo* em vez de um membro do cabido de Lisboa, e a proximidade familiar entre Aires Vasques e o arcebispo João Aires ¹³⁴. Mas o ambiente era já diferente. Estava-se entretanto em plena crise. Assim, e porque em Roma a conjuntura também era outra, o papa confirmou em 1244, a 1 de Março, a eleição do bispo Airas, e reempôs-o no cargo, apesar das reacções adversas que a sua nomeação suscitara em alguns leigos ¹³⁵ da cidade. Com efeito, nessa bula refere-se de novo os abusos dos «poderes leigos», o que parece reforçar a tese atrás proposta da interferência dos poderes locais na nomeação dos dignatários da Catedral. Nesse mesmo documento refere-se como o clero e povo da cidade recebera bem o novo bispo, mas como a *potentia laicale* ¹³⁶ o expulsara do poder. Parece, pois, que a resistência do cabido teria entretanto sido contornada pela confirmação papal, mas não a dos restantes poderes da cidade. Provavelmente seriam os mesmos que cerca de catorze anos mais tarde haviam de espancar e ferir Aires Vasques a ponto de lhe causarem a morte ¹³⁷.

¹³³ Mediante delegação no deão e tesoureiro da Sé. Cf. Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 362.

¹³⁴ Assim consta da bula de 12 de Outubro de 1243, na qual Inocêncio IV ordena que a eleição de Aires Vasques seja investigada e onde se faz o historial do processo. Cf. pub. por Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 362.

¹³⁵ Sousa Costa, *Mestre Vicente*, nota 363.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ Conforme consta do reportório de queixas levadas pelos bispos a Roma em 1268, (publicado por Maria Alegria Marques, *op. cit.*, doc. I, especialmente pp. 509-510) onde se descrevem os maus tratos infligidos pelos oficiais de Afonso III e pelo alcaide da cidade de Lisboa, que encarceram e espancam e ferem o bispo Aires e

Quais poderiam ser as causas desta hostilidade?

Anteriormente arceediago em Compostela, o novo bispo era sobrinho do arcebispo João Aires de Compostela, a quem Sancho II privilegiara, com a confirmação dos coutos em Portugal, no mesmo ano de 1244¹³⁸. A concessão de privilégios pelo rei de Portugal ao arcebispo de Compostela pode indicar uma tentativa de aproximação por parte do monarca, numa altura em que decerto as tensões políticas estavam muito agudizadas e em que a relação com Braga se degradara ainda mais. Com efeito, Sancho II poderia pretender na aliança com João Aires encontrar apoios contra o arcebispo de Braga e seus acólitos, pois nessa altura já Silvestre Godinho e os bispos do Porto e Coimbra, pelo menos, eram declaradamente hostis ao monarca.

Também se pode ver esta atitude como um movimento tendente a conquistar as boas graças dos meios da família do prelado compostelano, intimamente relacionado com a nobreza galega e do Entre Douro e Minho. Neste contexto, a nomeação de um seu sobrinho para uma Catedral conturbada como a de Lisboa pareceria decerto uma estratégia vantajosa. Contudo, a tentativa de estabelecer lógicas familiares e linhagísticas por detrás desta teia não resulta muito bem, pois deparamos com um vazio de informações frustrante¹³⁹.

O que sabemos da actuação do bispo Aires parece confirmar que este prelado não poderia nunca ter congado a benevolência de uma Lisboa que sabemos apoiante das pretensões de Afonso III desde a pri-

membros de sua casa, até que este se refugiou no mosteiro de S. Vicente de Fora onde viria a falecer em consequência dessas violências. O testamento do bispo (ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, L^o 3, fl. 32v), pedindo sepultura em S. Vicente bem como o Obituário de S. Vicente de Fora da British Library (*Add.* 1544) que o refere como *familiaris* desse mosteiro confirmam esta ligação com os cónegos regantes.

¹³⁸ López Ferreiro, *Santiago*, pp. 223-224. Confirma-lhe os coutos de Nogueira, Cornella e Mouquin.

¹³⁹ Com efeito, os dados dos Livros de Linhagens, embora refiram quer João Aires (LD 5A4; LV 1A012; LL, 74E3) quer Aires Vasquez de Lima (LL, 68A3), não auxiliam na caracterização de redes familiares que permitissem estabelecer pontos de apoio suficientes. Os elementos limitam-se a apresentar parentescos colaterais mais ou menos difíceis de retrair não permitindo, assim, uma reconstituição eficiente. No seu testamento (ANTT, *Chancelaria Afonso III*, L^o 3, fl. 32v) o bispo refere sobrinhos, mas menciona-os apenas pelo nome próprio e não conferem com nenhum elemento das genealogias, bem como um filho que também é ignorado pelos Livros de Linhagem. Ficamos, assim, com elementos muito pouco consistentes.

meira hora e certamente mesmo antes. Segundo o testemunho de Rodrigo da Cunha e do Padre Luis Cardoso, secundados pelo Cardeal Saraiva¹⁴⁰, Aires Vasques seria o autor de um libelo a favor do direito de Sancho II a manter o reino. Essa reclamação contra o que estava para acontecer teria sido apresentada em Leão, face ao papa Inocêncio IV e aos restantes prelados e nobres portugueses. Embora o original deste documento não tenha sobrevivido, este é um indício que não podemos nem devemos ignorar, até porque parece ser confirmado pela hostilidade que os oficiais régios lhe dedicaram durante os anos que durou o seu episcopado.

Apesar de, no seguimento dos acontecimentos, este prelado ter tomado uma atitude de assentimento ao poder do regente e depois rei Afonso III, e de haver diversos testemunhos da sua acção como pastor da diocese logo a partir de 1248¹⁴¹, para além da sua presença como testemunha e confirmante em documentação régia¹⁴², tal facto

¹⁴⁰ Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, ff. 161-163, transcreve, traduzindo o documento que também Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano* referia no dia 4 de Janeiro. O cardeal Saraiva («Memória sobre a deposição de el rei D. Sancho II» in *Obras Completas*, pub. por A. Correa Caldeira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, pp. 67-87) viria a retomar esta referência, que posteriormente tem sido ignorada, para relembrar a reacção favorável a Sancho II também por parte de alguns meios eclesiásticos.

¹⁴¹ Nesse mesmo ano celebrou um sínodo diocesano (Cf. *Synodicon Hispanum*, vol II - *Portugal*, dir. António García y García, Madrid, BAC, 1982, pp. 297-300) onde as preocupações com as imunidades e foro eclesiásticos bem como o problema dos dízimos ocupam grande parte das constituições. Como o editor realça (p. 297), este sínodo parece reflectir a época de instabilidade que caracterizou o episcopado de D. Aires. Já desde 1245 se encontram missivas do papa para o bispo de Lisboa sobre as questões com S. Vicente de Fora (ANTT, *Colecção Especial*, Cx. 3, n.º 11) mas logo em 1247 e 1248 podemos vê-lo a tratar de assuntos do foro eclesiástico como a concessão de licenças a Alcobaça para anexar a igreja da Pederneira aos rendimentos da enfermaria do mosteiro (ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1.ª incorp., mc. 7, doc. 22) ou a conceder-lhes o direito de edificar quatro igrejas no seu couto (ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1.ª incorp., mc. 7, doc. 26). Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccl.*, fl. 163v também menciona esta última concessão. Cf. também a revogação do privilégio de Fernão Peres, s. d., em ANTT, *Colecção Especial*, mc. 27, doc. s. n.º.

¹⁴² Rodrigo da Cunha, (*Hist. Eccl.*, fl. 164-167) onde refere os documentos régios em que o bispo Aires aparece como confirmante e testemunha. Nesta documentação encontramos o bispo junto a Afonso III logo desde 1250, nas campanhas do Algarve. Estes elementos são também aduzidos por Frei António Brandão,

não implica da sua parte uma adesão desde o primeiro momento, ou sem reservas. Reservas, sem dúvida, haveria de parte a parte e poderiam encontrar mais fundamentos na estreita relação que ligava o bispo aos meios Regrantes em Lisboa¹⁴³. Conhecida que é a má recepção que Santa Cruz de Coimbra deu à causa do conde de Bolonha¹⁴⁴, e sabida a filiação de S. Vicente em Santa Cruz, a proximidade de D. Aires a essa casa poderia ter funcionado como mais um factor de desconfiança por parte do rei face ao bispo.

Mas até que investigações mais aprofundadas sobre este último período em Lisboa, possam esclarecer os meandros sociais em que tais conflitos se processavam, não podemos adiantar muito. Durante estes anos, só parecem irrefutáveis a instabilidade permanente, os jogos de poder e a incapacidade dos bispos de implementarem as decisões papais face aos outros poderes na cidade e de exercerem o seu *munus* sem controvérsias, ou controlarem os seus próprios cabidos.

*

As relações entre os bispos de Lisboa e os reis neste primeiro século de existência, parecem, pois, seguir as tendências estabelecidas pelo decurso lógico dos desenvolvimentos da teoria política e do confronto entre o poder temporal e o espiritual nestes tempos. Obedecem a lógicas de regulação interna nas quais o equilíbrio entre a autoridade régia e as liberdades eclesiásticas passavam sempre pela integração conjuntural dos procedimentos permitidos e sua eficiência. Em última análise, e embora os prelados a partir de Soeiro II revelassem hostilidades abertas contra o monarca, não podemos afir-

Monarquia Lusitana, Parte Quarta, Intr. de Silva Rego e notas de Dias Farinha, Lisboa, Imprensa Nacional, 1974, ff. 179v, 183v- 184v, 200-200v e pela própria Chancelaria de Afonso III. Sobre o papel que teria desempenhado ou não nas cortes de 1254 de Leiria ele ou seus delegados, cf. Marcelo Caetano, *As Cortes de Leiria de 1254*, Lisboa, Academia das Ciências, 1954, especialmente as pp. 32-35.

¹⁴³ Cf. nota 137, onde se refere o seu testamento de 22 de Setembro de 1258 e o registo do seu falecimento no Obituário de S. Vicente de Fora.

¹⁴⁴ Cf., por todos, Armando Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, séculos XII-XV, História e Instituição*, vol. I - Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1996, pp. 409-433 e bibliografia sobre a crise que apresenta em nota a esse mesmo ponto.

mar que o poder do bispo alguma vez tivesse ameaçado a soberania dos monarcas.

Com efeito, quer durante o período calmo dos reinados de Afonso Henriques e parte do de Sancho I quer durante as crises agudas de finais de Sancho I, Afonso II e Sancho II, o que nos é dado observar é antes de mais, a hábil condução dos conflitos por parte dos monarcas e/ou seus conselheiros, que utilizaram as dissensões capitulares e as facções concelhias para gerir os meandros da relação mais sensível entre a Coroa e o Papado. Que utilizaram, mesmo, os próprios desenvolvimentos da teoria política da época.

Seria necessário chegarmos aos anos terminais de Sancho II, para se poder sentir um descontrolo total dos acontecimentos. Mas isso parece dever-se muito mais a factores conjunturais externos que a uma súbita capacidade de intervenção eficiente por parte dos bispos de Lisboa. Factor, aliás, suficientemente comprovado pelo reinado de Afonso III e pelas violentas e conflituosas relações que também ele virá a susentar com o seu clero e com o Papado.